

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Março de 2008
Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

| | |
|--|----|
| 'Mercosul precisa ir além do comércio' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 01/03/2008..... | 4 |
| Doha está perto de 'grande fracasso', diz Mandelson – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/03/2008..... | 5 |
| Amorim crê em acordo este ano – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/03/2008..... | 6 |
| Mudanças climáticas e etanol - Rogério Studart – Valor Econômico – Opinião – 03/03/2008..... | 7 |
| Grave crise diplomática nas vizinhanças do Brasil – Valor econômico – Opinião – Editorial - 04/03/2008..... | 9 |
| Um teste vital para a liderança brasileira - Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/03/2008..... | 10 |
| O mundo multipolar e a integração sul-americana - Samuel Pinheiro Guimarães – Agência Carta Maior – 06/03/2008..... | 13 |
| Ameaça regional – Clóvis Brigagão – O Globo – Opinião – 07/03/2008..... | 26 |
| Ortega também corta relações com Uribe – O Globo – O Mundo – 07/03/2008..... | 27 |
| Itamaraty festeja bem-sucedida mediação do Brasil - Eliane Oliveira – O Globo – O Mundo – 07/03/2008..... | 29 |
| Solução diplomática foi boa para a América do Sul – Valor Econômico – Opinião - | 30 |
| Apertos de mãos e acordo selam dia de insultos – O Globo – O Mundo – 08/03/2008 .. | 32 |
| Colômbia: 17% das exportações à Venezuela - Felipe Frisch e Juliana Rangel – O Globo – O Mundo – 08/03/2008..... | 33 |
| Colombianos buscam alternativa comercial – Cristina Azevedo – O Globo – O Mundo – 06/03/2008..... | 34 |
| Condoleezza tratará de crise com Lula amanhã – O Globo – O País – 12/03/2008..... | 34 |
| UE quer fim de subsídio a etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/03/2008..... | 35 |

Brasil, EUA e UE fecham pré-acordo para salvar Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/03/2008..... 36

Segunda Quinzena

Acordo na OMC seria bom para o Brasil - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/03/2008 37

A OEA cumpre seu papel – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/03/2008 .. 39

Mercosul e UE podem retomar negociações - Cristiane Perini Lucchesi – Valor Econômico – Brasil - 19/03/2008..... 41

A soberania é sagrada nas Américas – José Meirelles Passos – Entrevista com José Miguel Insulza - O Globo – economia – 20/03/03/2008..... 41

OMC faz nova tentativa para fechar Doha antes das eleições nos EUA - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008..... 43

Lula demonstra otimismo com negociações - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008 44

Lições de uma guerra abortada - Ricardo Vélez Rodríguez – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/03/2008 45

Olhar parcial – O Globo – Opinião – 21/03/2008..... 47

Brasil pede que os EUA fiquem longe de conselho - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Nacional – 22/03/2008 48

Brasil na agenda de Venezuela e Bolívia – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 24/03/2008..... 49

"Venezuela já é praticamente do Mercosul", afirma Chávez – Folha de São Paulo – Brasil – 25/03/2008 51

Arrogância e audácia – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/03/2008 51

Chávez volta a defender integração da América do Sul - Wilson Lima – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/03/2008..... 53

Países ricos criticam proposta de proteção para indústria de emergentes em Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/03/2008 54

Bush admite concessões na OMC – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/03/2008..... 55

'Mercosul precisa ir além do comércio' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 01/03/2008

Destaque da geração pós-revolução, chanceler recusa-se a falar sobre Fidel, mas ressalta liderança do Brasil na região

Um dos pilares do regime cubano, Felipe Pérez Roque, afirma que Havana espera que o Brasil lidere uma ampliação do Mercosul para toda a região para que, no futuro, Cuba também possa ser incluída no bloco. Em entrevista ao Estado, o ministro das Relações Exteriores cubano destacou que a relação entre Brasília e Cuba promete ser “excelente nos próximos anos”, Pérez Roque defendeu a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pediu que o Mercosul tenha “uma dimensão além da comercial”.

Antes da entrevista, assessores do chanceler informaram que ele não responderia a perguntas sobre a situação interna de Cuba, “diante da normalidade” que vive o país. Ontem, Pérez Roque ainda convocou embaixadores na sede da ONU em Genebra para uma reunião privada, na qual reforçou a necessidade de relançar o Movimento dos Países Não-Alinhados.

O Estado obteve uma cópia do discurso de Pérez Roque, que indicou a vontade política de Havana de retomar a idéia do grupo criado durante a Guerra Fria. Em nenhum momento do pronunciamento de 30 minutos o chanceler tocou no nome do atual presidente, Raúl Castro, ou do irmão dele, Fidel. A saída de Fidel da presidência também não foi citada, apesar de o discurso ter sido o primeiro num organismo da ONU desde a indicação e posse de Raúl, no domingo.

Para embaixadores que estavam no encontro, o esforço de Cuba busca demonstrar que nada mudou com a saída de Fidel. Para diplomatas andinos, ao enfatizar a necessidade de união, Havana quer garantir que não ficará isolada nem será pressionada a abrir o regime diante do afastamento de Fidel.

Nascido em 1965, o chanceler é um dos poucos membros do governo da geração pós-revolução. Engenheiro, líder estudantil e chefe de gabinete de Fidel por dez anos, Pérez Roque foi um dos três pilares do governo no período em que o ex-presidente esteve doente. Por sua idade, é considerado como possível substituto de Raúl. Eis os principais trechos da entrevista:

Nessa nova etapa em Cuba, como o sr. avalia o futuro das relações com o Brasil?

Nossas relações são muito boas e serão excelentes nos próximos anos. O Brasil tem um papel muito importante na América do Sul e na América Latina por suas dimensões, população, cultura e pela força de sua economia. Por isso, Cuba considera que o Brasil seja chave para o futuro da região.

O sr. espera algum tipo de transformação da política externa brasileira em relação a Cuba com as mudanças recentes em Havana?

Em Havana, consideramos que a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é muito adequada e apreciamos os esforços do País para aproximar-se do Caribe, de seus vizinhos e da África. Apreciamos muito a continuidade da política externa do Brasil.

O governo Lula indicou que não seria impossível pensar na inclusão de Cuba no Mercosul. O sr. apóia a entrada de Cuba no bloco?

Já temos um acordo 4+1 (Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Cuba) para temas de cooperação e certos pontos comerciais.

Mas o sr. apóia um aprofundamento desse acordo?

Certamente. Esperamos que o Mercosul possa se aprofundar e se ampliar para que passe a ser uma iniciativa de integração sul-americana e, depois, de toda a América Latina. O Brasil, em todo esse processo, terá um papel central.

No Cone Sul, há ainda muita discussão sobre que modelo de Mercosul seria mais adequado para a região. Que tipo de Mercosul o sr. considera mais benéfico?

Um Mercosul que não seja apenas comercial. Mas que também trate de uma integração política e social para que possamos lutar contra a pobreza. Precisamos de um Mercosul além das dimensões comerciais.

Doha está perto de 'grande fracasso', diz Mandelson – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/03/2008

A negociação entre os países da Organização Mundial do Comércio (OMC) para avançar na liberalização do comércio mundial corre “grande risco de fracassar”, advertiu ontem o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, que pediu um acordo antes da eleição do novo presidente americano. “Temo que Doha possa fracassar, o primeiro fracasso de uma rodada comercial multilateral.”

Em discurso em Lesoto, divulgado em Bruxelas, Mandelson afirmou que a Rodada Doha fracassará se os negociadores não forem capazes de restabelecer o equilíbrio entre os diferentes capítulos e conseguir um consenso antes que o presidente americano, George W. Bush, deixe a Casa Branca em janeiro.

Sean Spicer, porta-voz da representante para o Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, disse que os principais negociadores americanos “têm falado repetidamente, nos últimos meses, sobre a importância de se chegar a um acordo”.

Diante dos ministros de Comércio do grupo de Países Menos Desenvolvidos (LDCs, em inglês), o britânico lembrou que as economias pobres são as que mais têm a perder se a chamada “rodada do desenvolvimento” não for concluída.

Em relação ao papel da União Européia na discussão, Mandelson afirmou que quer fazer uma contribuição construtiva, mas esclareceu: “Não vamos pedir a outros países mais do que podem fazer, nem nos conformaremos com menos do que podem ceder”.

Ele insistiu em que o acordo final não pode representar um passo atrás nos compromissos já colocados sobre a mesa em relação a acesso ao mercado em agricultura, bens industriais e serviços.

O comissário considerou urgente alcançar um acordo enquanto os preços agrícolas se mantêm elevados e destacou que, no atual contexto de incerteza econômica, seria um sinal claro contra as tentações protecionistas.

O fracasso da negociação demonstraria, segundo ele, que a comunidade internacional não é capaz de tomar decisões no âmbito da governança global, “um sinal nefasto” em um momento em que se buscam acordos em mudança climática e fluxos financeiros.

Mandelson lembrou aos LDCs que a liberalização comercial os ajudará a entrar nos mercados em expansão das economias mais dinâmicas, algo que é muito mais efetivo que a ajuda direta ao desenvolvimento. Ele garantiu que pedirá a outros países desenvolvidos e em desenvolvimento que ofereçam aos LDCs acesso a seus mercados livres de cotas, como a União Européia já faz.

A OMC organizou para abril uma reunião ministerial para que se tente chegar a um acordo. Mas as esperanças de que esse objetivo seja atingido parecem ser pequenas para o diplomata neozelandês responsável pela cadeira de Agricultura na OMC, Crawford Falconer. “Do jeito que as coisas estão indo, vamos precisar de um milagre.”

Amorim crê em acordo este ano – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/03/2008

Na contramão das declarações pessimistas do comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, disse ontem estar esperançoso de que um acordo seja fechado até o fim de 2008 nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Vejo as discussões progredindo em Genebra”, disse Amorim. “Há chances de finalização este ano.” Segundo ele, os países desenvolvidos, “que têm mais”, deveriam fazer concessões maiores na próxima rodada de negociações, em abril.

A declaração de Amorim foi feita na sua chegada a Cingapura, após uma visita de dois dias ao Vietnã. A viagem aos dois países faz parte da estratégia do governo brasileiro de estreitar relações econômicas com os países do Sudeste Asiático.

A Rodada Doha foi lançada em 2001 no Catar e, segundo o cronograma inicial, deveria ser concluída em 2004. Mas divergências entre os países emergentes - que reclamam maior abertura nos mercados agrícolas da UE e dos Estados Unidos - e os industrializados - que exigem maior acesso para bens industriais e serviços - impedem um acordo.

TRATADO COM A ASEAN - Em abril, a OMC organizou uma reunião ministerial para tentar chegar a um acordo Norte-Sul que impulse as negociações. “É uma rodada de negociações que deve estar voltada para o desenvolvimento dos países e isso significa, embora não exclusivamente, agricultura”.

Segundo o ministro, as maiores concessões devem vir daqueles que podem dar mais, ou seja, dos países industrializados. “Não somente por ser uma questão de justiça, mas por uma razão histórica, já que as negociações comerciais de rodadas passadas sempre se concentraram em produtos manufaturados, deixando os bens agrícolas para trás.” Amorim também defendeu que o Mercosul assine um tratado de livre comércio com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), cujas economias crescem de 5% a 7% ao ano. Segundo ele, “o Brasil constatou que seu comércio com os países em desenvolvimento é cada vez maior”. Com Cingapura, por exemplo, o Brasil “quadruplicou o comércio nos últimos três anos”.

Mudanças climáticas e etanol - Rogerio Studart – Valor Econômico – Opinião – 03/03/2008

Nos dias 20 e 21 de fevereiro, o Parlamento Brasileiro foi anfitrião da mais recente reunião sobre mudanças climáticas do Globe International, um fórum de parlamentares dos países do G-8+5 - os oito países mais desenvolvidos mais as cinco economias em desenvolvimento mais dinâmicas (Brasil, China, Índia, México e Rússia). Além da consolidação de temas importantes no debate internacional (questões como desmatamento, por exemplo), ocorreu uma primeira discussão sobre as vantagens e desvantagens dos biocombustíveis como energia alternativa e limpa.

Até dois anos atrás, os biocombustíveis, incluindo o etanol, eram tratados pelo G-8 com grande entusiasmo e mesmo admiração. Esta abordagem foi se modificando rapidamente, na medida em que algumas experiências específicas chamaram a atenção para aspectos de segurança ambiental e alimentar. No primeiro caso, a experiência sempre lembrada é a do desmatamento de florestas tropicais causado pelas plantações de palma na Indonésia. No segundo caso, a ampliação da utilização do milho para a produção de etanol nos Estados Unidos, o aumento dos preços de alimentos em diversos países derivado em parte da competição entre milho para etanol e a produção de alimentos levou à falaciosa

argumentação de que a produção de etanol estaria gerando mais fome, e menos desenvolvimento.

A reunião em Brasília proporcionou mais uma oportunidade de desmistificar posições e ressaltar as diferenças da nossa experiência. Foi consenso que a experiência brasileira neste setor é exemplar, e alguns parlamentares estrangeiros puderam constatar in loco que a produção de etanol de cana-de-açúcar, longe de representar riscos para nosso meio ambiente ou para nossa geração de alimentos, constitui uma resposta a necessidades de geração de energia, com a vantagem de trazer benefícios de redução de emissões e de geração de renda e emprego. Essa impressão positiva ficou reforçada durante o evento graças às palestras sobre a sustentabilidade da produção de biocombustíveis realizadas durante a reunião por pesquisadores de órgãos como a Embrapa, mas também do setor privado.

Tudo indica que biocombustíveis terão seu papel reconhecido na nova arquitetura, mas sempre existe o risco de que se procure desqualificar o etanol brasileiro

O discurso do presidente Lula sobre mudanças climáticas deu o tom político apropriado para o debate. O mundo subdesenvolvido é o grande perdedor diante do fenômeno do aquecimento global: nas últimas duas décadas o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos tem se calcado em uma matriz energética emissora dos gases de efeito estufa, e agora as conseqüências da elevação da temperatura afetam especialmente os mais pobres, que dependem mais da agricultura e têm poucos recursos para defender-se das conseqüências imediatas da mudança do clima (elevação do nível do mar, maior intensidade e ocorrência de furacões e tornados, da ampliação da desertificação e assim por diante). Nesse contexto, a utilização de biocombustíveis como o etanol pode ser uma oportunidade de crescimento para os países em desenvolvimento, seja pelas exportações (e a criação de empregos) que pode gerar, seja porque a tecnologia é de fácil acesso e compreensão e não requer investimentos vultosos.

A intensificação da crítica ao etanol brasileiro se dá em um momento fundamental das rodadas comerciais, quando está em jogo o dismantelamento dos pesados subsídios agrícolas aplicados pelos países desenvolvidos. As críticas surgem também no momento em que, mesmo de estarem concluídas as negociações sobre o futuro regime internacional de mudança do clima, está em gestação uma nova arquitetura internacional que definirá as regras e os critérios para financiamento de ações relacionadas com a mudança do clima. Essa nova arquitetura, impulsionada pelos países do G-8, influenciará em grande medida as opções tecnológicas e os investimentos produtivos que serão considerados limpos para fins de concessão de créditos ou de benefícios associados a liberalização comercial. Tudo indica que os biocombustíveis terão seu papel reconhecido nessa nova arquitetura, mas sempre existe o risco de que se procure desqualificar o etanol brasileiro, seja através do protecionismo na forma de subsídios ou tarifas proibitivas (para justificar talvez a sobrevivência das políticas de subsídios agrícolas, transferindo-as para produção de biocombustíveis nos países ricos) ou de regulamentos técnicos ou ambientais inadequados.

Daqui de Washington, tenho lutado para que os biocombustíveis continuem sendo apoiados pelo Banco Mundial como energias limpas. Caso não sejam incluídos no rol das energias renováveis e limpas, o mundo em desenvolvimento, em geral, e o Brasil, em particular, estariam perdendo mais uma vez uma espetacular oportunidade de dar um salto de desenvolvimento através de inovações tecnológicas e do comércio. Para os países

desenvolvidos, esta exclusão representaria um tiro no pé dos seus consumidores e poderia agravar ainda mais o atual quadro de desaceleração econômica nesses países. Por essas e outras razões, tenho defendido no Banco Mundial, instituição que adotou recentemente o lema de "promover uma globalização inclusiva e sustentável", a seguinte tese: apostar em biocombustíveis é hoje a melhor maneira de estender os benefícios da globalização à grande maioria da população pobre do mundo e ao mesmo tempo assegurar uma resposta adequada ao desafio do aquecimento global.

Rogério Studart é doutor em economia pela Universidade de Londres e professor licenciado da UFRJ. Foi economista das Nações Unidas (UNCTAD e CEPAL) e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e, posteriormente, Diretor Executivo no BID entre 2004 e 2007. É atualmente Diretor Executivo em Banco Mundial, representando o Brasil, Colômbia, Equador, Filipinas, Haiti, Panama, República Dominicana, Suriname e Trinidad Tobago.

Grave crise diplomática nas vizinhanças do Brasil – Valor econômico – Opinião – Editorial - 04/03/2008

A região amazônica que delinea as fronteiras de Venezuela, Brasil, Colômbia e Equador é uma terra de ninguém de narcotraficantes, guerrilheiros que acobertam o plantio e a comercialização da cocaína, contrabandistas. Desde sábado é também o palco para um pouco plausível confronto armado envolvendo a Colômbia e o Equador - com ou sem a presença do presidente Hugo Chávez, da Venezuela, que diz ter enviado dez batalhões de prontidão para a divisa colombiana. A eliminação do segundo homem forte na hierarquia das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc), Raúl Reyes, feita por membros do Exército colombiano em território equatoriano, exacerbou tensões entre governos política e ideologicamente rivais na região. Desarmar os ânimos é a tarefa em que se empenhavam ontem os governos brasileiro, chileno e argentino, com resultados ainda incertos.

Há ingredientes suficientes para desagradar a todas as partes no episódio. A ação armada em território do Equador foi feita sem a comunicação antecipada ao presidente do Equador, Rafael Correa, um populista que se espelha no exemplo de Chávez. Há poucas dúvidas de que Álvaro Uribe violou o território e a soberania equatoriana. Uribe, um direitista hostilizado pelos vizinhos e que conta com o apoio e as armas do governo americano para combater o narcotráfico, não tem recuado de ações duras contra as Farc, até mesmo porque planeja um terceiro mandato presidencial. Tem popularidade, apesar das acusações de que tem o apoio dos grupos paramilitares, a quem trata com condescendência.

A ação de Uribe deu o pretexto de que precisava Chávez para demonstrar mais uma vez seu gosto por gestos irresponsáveis e sua aliança com as Farc. Após chamar Uribe de "lacaio" e "chefe de um narcogoverno", o presidente venezuelano manifestou seu pesar pelo "assassinato covarde de um bom revolucionário". Na retórica, teve a companhia de Fidel Castro, que condenou, no mesmo tom, os "planos genocidas do imperialismo yanque". Chávez enviou tropas para a fronteira, assim como fez Correa, e os três governos estão à mercê do acaso. Qualquer provocação das Farc bem que pode iniciar uma absurda guerra entre os países. A recente corrida armamentista da Venezuela tinha como perspectiva enfrentar situações como essa - mais uma afronta dos EUA, no vocabulário chavista.

É difícil prever o que pode acontecer com três presidentes "duros" envolvidos em um duelo por enquanto verbal. O governo de Uribe enviou desculpas ao Equador, apontando que jamais fora intenção das forças colombianas ferir sua soberania. Por outro lado, a Colômbia manobra com ações que parecem destinadas a acirrar animosidades e levantar

mais suspeitas por parte de seus adversários. O general Oscar Naranjo, chefe da Polícia Nacional da Colômbia, disse que nos computadores apreendidos de Reyes há indícios de "relacionamento estrutural das Farc tanto com a Venezuela quanto com o Equador". Essas relações, para o general, "afetam a segurança nacional". De Chávez, o general disse que os documentos capturados registram que o presidente venezuelano deu US\$ 300 milhões às Farc. Naranjo afirmou também que o ministro da Segurança do Equador, Gustavo Larrea, estava em interlocução constante com a guerrilha.

Ao apontar para Rafael Correa e Chávez como aliados das Farc, com base em uma documentação que pode ser vista com bastante suspeição, a Colômbia não só pode estar tentando legitimar suas ações de invasão de territórios vizinhos como também preparar o terreno político para novas operações do gênero. Nos cálculos de Uribe certamente entra em conta o apoio tácito dos EUA diante de qualquer conflito armado com Chávez.

O Brasil é o principal mediador da crise diplomática. O presidente Lula conversou ontem com Uribe e Correa, enquanto a presidente chilena, Michelle Bachelet, pregava conciliação. O Itamaraty traçou uma linha de ação pragmática. Condenou a violação territorial por parte da Colômbia e deixou sabiamente Chávez de lado, já que ele não é uma parte legítima na crise - posição similar à da diplomacia americana. Depois, jogou a resolução do conflito para o âmbito da Organização dos Estados Americanos, propondo uma comissão de investigação, e reafirmou não ter "posição doutrinária" em relação aos países em questão.

Um teste vital para a liderança brasileira - Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/03/2008

Guerras entre nações sul-americanas são a última coisa de que precisamos. O Brasil, cuja última guerra regional terminou em 1870 e desde então vive em paz com seus 11 vizinhos, tem enorme interesse na prevenção e na solução de conflitos bélicos entre países da região. Esse interesse é reforçado, hoje, pelo fato de que nosso país é visto como um parceiro confiável, que dialoga bem com todos, gere sua economia com sensatez e êxito, promove a mobilidade social de seu povo e respeita as regras democráticas. Uma situação de enfrentamento militar teria reflexos negativos para nós e para todos os países da região. No atual momento, não se pode descartar o risco de um conflito armado, pois, uma vez insufladas as emoções guerreiras, é difícil fazer prevalecer a racionalidade, como a História tantas vezes demonstrou, em particular em agosto de 1914. A situação é, de fato, delicadíssima.

Permita-me recordar que, em janeiro de 1995, poucos dias após a explosão do conflito entre Peru e Equador, o recém-iniciado governo do presidente Fernando Henrique Cardoso convocou uma reunião no Rio de Janeiro para buscar uma saída diplomática. A ela compareceram representantes dos dois Estados em combate e quatro mediadores: Argentina, Chile, Estados Unidos e, como coordenador, o Brasil. A luta cessou imediatamente e, ao cabo de três anos, foi assinado, em Brasília, em outubro de 1998, na presença de todos os presidentes do Continente, do rei de Espanha e do presidente de Portugal, o Tratado que estabeleceu a paz definitiva. Agora que rufam novamente os tambores da guerra entre Colômbia, Venezuela e Equador se impõe uma presença

diplomática brasileira que não seja intrusiva nem tome partido de uns contra os outros, mas contribua efetivamente para a pacificação dos litigantes.

Creio pessoalmente que o coronel Chávez está dando mais uma prova de sua falta de equilíbrio e de seu aventureirismo. Em primeiro lugar, porque o incidente militar (grave, sem dúvida) se passou na fronteira do Equador com a Colômbia, ou seja, a mais de mil quilômetros da fronteira da Venezuela. Em segundo lugar, porque - embora a Venezuela interfira sistematicamente nos assuntos internos da Colômbia dando suporte e dinheiro a uma organização clandestina e criminosa como são as Farc - a Colômbia não intervém na Venezuela. Em terceiro lugar, porque a sua verdadeira motivação é outra. Trata-se de um expediente velhíssimo, que Maquiavel bem conhecia e aconselhava ao príncipe: arranjar um inimigo externo para fortalecer uma posição interna enfraquecida. Depois da derrota no referendo constitucional, das abundantes más notícias econômicas e do bloqueio dos bens da PDVSA, o coronel precisava de um tônico político. Aí as Farc (estimuladas pelas centenas de milhões que o coronel lhes repassou, segundo seus próprios documentos) libertaram alguns seqüestrados e Chávez se arvorou como o grande benfeitor. Agora, joga com os sentimentos anticolombianos históricos na Venezuela, enraizados em velhos litígios de fronteiras, para rufar os tambores da guerra e fazer seu povo enrolar-se na bandeira.

Só o Brasil tem trânsito junto às partes e autoridade política para fazer uma intervenção pacificadora, que evite o desforço militar. Estará o nosso governo disposto a engajar-se a fundo nessa tarefa diplomática? Não se devem subestimar as dificuldades. De outra parte, não se trata - por ora pelo menos - de um exercício que tenha um suporte institucional, como no caso do conflito Peru-Ecuador, em que desde 1942 estavam definidas as bases da conciliação. As partes não solicitaram, por ora, nenhum tipo de mediação e se pode duvidar que o farão. Os mais complicados obstáculos, porém, são de outra natureza.

Em primeiro lugar, neste caso, nossa atuação teria de começar por uma postura enérgica contrária a opções militaristas. Seria preciso dizer ao coronel Chávez e ao presidente Uribe simplesmente que o Brasil não aceita que eles se lancem a uma guerra. Não há nenhuma clareza sobre a reação do venezuelano, que, afinal, foi quem começou a falar e a agir belicosamente. Há algum tempo que é possível encontrar nas iniciativas da Venezuela um propósito antibrasileiro, como no caso da nacionalização da Petrobrás na Bolívia. Pode-se dizer, sem muito risco de erro, que Chávez, em sua megalomania, vê em Lula o único rival pela liderança sul-americana e, portanto, procura dificultar-lhe o caminho. Se assim é, como reagiria a uma posição forte do Brasil que lhe pudesse atrapalhar o estratagema do inimigo externo?

Em segundo lugar, há que reconhecer que o governo brasileiro tem dado mostras de alguma compreensão e até de simpatia pela Venezuela bolivariana, a despeito de tudo. Mais ainda, tem sido complacente com as Farc, uma organização que trafica com drogas, seqüestra e mantém pessoas em cativeiro por anos a fio e não é, como se poderia depreender das palavras de alguns integrantes do governo, um partido político de esquerda. Esse fato pode dificultar também a receptividade colombiana para uma mediação brasileira.

Mesmo com todas essas dificuldades, porém, é importante que o Brasil assuma sua responsabilidade histórica. Um bom sinal é a aparente decisão do presidente Lula de incumbir o ministro Celso Amorim de desempenhar a tarefa. Uma opção institucional e profissional é, sem dúvida, preferível a uma escolha pessoal ou partidária. Mesmo porque, em assuntos dessa gravidade, estão em jogo interesses de Estado e não de um partido. O Itamaraty sabe disso há 200 anos - desde que foi criado, por d. João VI, em 1808 - e, assim, opera com êxito internacionalmente reconhecido. **Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores (1995-2001)*

O mundo multipolar e a integração sul-americana - Samuel Pinheiro Guimarães –
Agência Carta Maior – 06/03/2008

A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. A análise é do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Artigo escrito em 19 de julho de 2007

A importância essencial da América do Sul

1. A América do Sul se encontra, necessária e inarredavelmente, no centro da política externa brasileira. Por sua vez, o núcleo da política brasileira na América do Sul está no Mercosul. E o cerne da política brasileira no Mercosul tem de ser, sem dúvida, a Argentina. A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. Qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves consequências e correrá sério risco de fracasso.

2. A África Ocidental, com seus 23 Estados ribeirinhos, inclusive os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, é a fronteira atlântica do Brasil, continente a que estamos unidos pela história, pelo sangue, pela cultura, pelo colonialismo e pela semelhança de desafios. A Ásia é o novo centro dinâmico da economia mundial, fonte de lucros inesgotáveis para as megaempresas ocidentais e destino de uma das maiores migrações de capital e tecnologia avançada da História. A Europa e a América do Norte são para o Brasil, como para qualquer ex-colônia e para eventuais pretendentes a colônia, as áreas tradicionais de vinculação política, econômica e cultural. Porém, por mais importantes que sejam, como aliás são, os vínculos e os interesses atuais e potenciais brasileiros com todas essas áreas e por melhores que sejam com os Estados que as integram as nossas relações, a política externa não poderá ser eficaz se não estiver ancorada na política brasileira na América do Sul. As características da situação geopolítica do Brasil, isto é, seu território, sua localização geográfica, sua população, suas fronteiras, sua economia, assim como a conjuntura e a estrutura do sistema mundial, tornam a prioridade sul-americana uma realidade essencial.

3 O cenário econômico mundial se caracteriza pela simultânea globalização e gradual formação de grandes blocos de Estados na Europa, na América do Norte e na Ásia; pelo acelerado progresso científico e tecnológico, em especial nas áreas da informática e da biotecnologia, com sua vinculação às despesas e atividades militares; pela concentração do capital e oligopolização de mercados, medida pelo número de fusões e aquisições que passaram de 9 mil, no valor de US\$ 850 bilhões, em 1995, para 33 mil, no valor de quase 4 trilhões de dólares, em 2006, e pela financeirização da economia, pois os ativos (ações, títulos e depósitos) financeiros passaram de 109% da produção mundial, em 1980, para

316% em 2005; pela transformação dos mercados de trabalho e pela pressão permanente para reverter os direitos dos trabalhadores; pela acelerada degradação ambiental; pela insegurança energética e pelas migrações.

O cenário político mundial se caracteriza pela concentração de poder político, militar, econômico, tecnológico e ideológico nos países altamente desenvolvidos; pelo arbítrio e pela violência das Grandes Potências; pela ameaça real, e sua utilização oportunista, do terrorismo; pelo desrespeito aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação de parte das Grandes Potências políticas, econômicas e militares; pelo individualismo dos Estados ricos e a insuficiente e cadente cooperação internacional; pela emergência da China, como potência econômica e política, regional e mundial.

4. Os Estados no centro do sistema mundial, cada vez mais ricos e poderosos, pois a diferença de renda entre Estados ricos e pobres passou de 1 para 4 em 1914 para 1 para 7 em 2000, porém vinculados às economias periféricas quanto a recursos estratégicos e mercados e com uma população cadente, procuram, por meio de negociações internacionais, definir normas e regimes que permitam preservar e até ampliar sua situação privilegiada no centro do sistema militar, político, econômico e tecnológico que é o resultado, por um lado, da II Guerra Mundial e dos regimes coloniais e, por outro lado, do êxito de seus esforços nacionais, em especial na esfera científica e tecnológica. Nesse processo, sua capacidade de articular ideologias e de apresentar “soluções” como benéficas a toda a “comunidade internacional” é extraordinária e importantíssima pois é a base de sua estratégia de arregimentação de Estados e de elites periféricas cooptadas para alcançar seus objetivos nacionais, vestidos com a capa de objetivos da humanidade.

5. Neste cenário violento e instável de grandes blocos, multipolar, há uma tendência a que países pequenos e até médios venham a ser absorvidos, mais ou menos formalmente, pelos grandes Estados e economias aos quais ou se encontram tradicionalmente vinculados por laços de origem colonial ou estão em sua esfera de influência histórica, como no caso da América Central; ou tenham feito parte de seu território, como no caso dos países que formam a Comunidade de Estados Independentes - CEI; ou se vinculam por laços étnicos e culturais, como no caso da diáspora chinesa na Ásia.

6. Os países médios que constituem a América do Sul se encontram diante do dilema ou de se unirem e assim formarem um grande bloco de 17 milhões de quilômetros quadrados e de 400 milhões de habitantes para defender seus interesses inalienáveis de aceleração do desenvolvimento econômico, de preservação de autonomia política e de identidade cultural, ou de serem absorvidos como simples periferias de outros grandes blocos, sem direito à participação efetiva na condução dos destinos econômicos e políticos desses blocos, os quais são definidos pelos países que se encontram em seu centro. A questão fundamental é que as características, a evolução histórica e os interesses dos Estados poderosos que se encontram no centro dos esquemas de integração são distintos daqueles dos países subdesenvolvidos que a eles se agregam através de tratados de livre comércio, ou que nome tenham, os quais ficam assim sujeitos às conseqüências das decisões estratégicas dos países centrais que podem ou não atender às suas necessidades históricas.

7. Os desafios sul-americanos diante desse dilema, que é decisivo, são enormes: superar os obstáculos que decorrem das grandes assimetrias que existem entre os países da região, sejam elas de natureza territorial, demográfica, de recursos naturais, de energia, de níveis de desenvolvimento político, cultural, agrícola, industrial e de serviços; enfrentar com persistência as enormes disparidades sociais que são semelhantes em todos esses países; realizar o extraordinário potencial econômico da região; dissolver os ressentimentos e as desconfianças históricas que dificultam sua integração.

8. As assimetrias territoriais são extraordinárias. Na América do Sul convivem países como o Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados; como a Argentina, com seus 3,7 milhões de quilômetros quadrados e em seguida outros dez países, cada um com território inferior a 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Três dos países da região se encontram voltados exclusivamente para o Pacífico, três se debruçam sobre o Oceano Atlântico, quatro são caribenhos e dois são mediterrâneos. O Brasil tem 15.735 km de fronteiras com nove Estados vizinhos, enquanto a Argentina, a Bolívia e o Peru têm fronteiras com cinco vizinhos. Devido a essas circunstâncias geográficas, os pontos de vista geopolíticos de cada país são inicialmente distintos, o que se agrava pelo fato de até recentemente - e mesmo até hoje - terem estado separados os países da região pela Cordilheira, pela floresta, pelas distâncias e pelos imensos vazios demográficos.

9. O Brasil tem 190 milhões de habitantes, que correspondem a cerca de 50% da população da América do Sul, enquanto o segundo maior país em população, que é a Colômbia, tem 46 milhões de habitantes e o terceiro, a Argentina, tem 39 milhões. As taxas de crescimento demográfico variam de 3% no Paraguai a 0,7 % no Uruguai. A América do Sul viveu nos últimos anos um processo acelerado de urbanização, com o surgimento de megalópoles que concentram grandes parcelas da população total de cada país, e que exibem periferias paupérrimas e violentas. Há significativas populações de deslocados internos no Peru, como consequência da luta feroz contra a insurreição do Sendero Luminoso, e de refugiados, como no caso de colombianos na Venezuela e no Equador. No passado, as ditaduras e os regimes militares provocaram o exílio de numerosos militantes políticos, intelectuais, operários e sindicalistas, com grave prejuízo para o desenvolvimento político dos países mais afetados.

Ademais, durante algumas décadas o reduzido ritmo de crescimento econômico provocou movimentos migratórios significativos dos países da região em direção aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Há um milhão de uruguaios vivendo fora do Uruguai enquanto três milhões se encontram no país. Há 400 mil equatorianos na Espanha e 4 milhões de brasileiros no exterior. Ao mesmo tempo, há grandes espaços despovoados na América do Sul, onde a densidade demográfica é inferior a 1 habitante por quilômetro quadrado, enquanto nas megalópoles a densidade populacional atinge mais de 10.000 habitantes por quilômetro quadrado.

A América do Sul exhibe índices de concentração de renda e de riqueza, de pobreza e de indignidade, de opulência e luxo, contrastes espantosos entre riquíssimas mansões e palafitas miseráveis, entre excelentes hospitais privados e hospitais públicos decadentes, entre escolas de Primeiro Mundo e pardieiros escolares. Todavia, conta a América do Sul com as vantagens da ausência de conflitos raciais agudos, ainda que ocorra discriminação

racial; com a presença dominante de idiomas de comum origem ibérica, ainda que em alguns países existam idiomas indígenas que conseguiram sobreviver; com a ausência de conflitos religiosos e predominância católica ao lado da rápida expansão das igrejas protestantes; com uma população grande, mas que não é excessiva, como em certos países asiáticos. O desafio que representa a emergência das populações indígenas historicamente oprimidas e seus efeitos para as relações políticas entre os países da América do Sul vão exigir, todavia, especial atenção e habilidade.

10. A América do Sul é uma região extremamente rica em recursos naturais, que se encontram distribuídos de forma muito desigual entre os diversos países. Enquanto o Brasil tem as maiores reservas mundiais de minério de ferro de excelente teor, a Argentina não as tem em volume suficiente. A Argentina dispõe de terras aráveis de extraordinária fertilidade, em contraste com o Chile. A Colômbia possui grandes reservas de carvão de boa qualidade e o Brasil as tem poucas e pobres. A Venezuela tem a sexta maior reserva de petróleo e a nona maior reserva de gás do mundo enquanto que, em todos os países do Cone Sul, inclusive no Brasil, são elas insuficientes para sustentar o ritmo de desenvolvimento, talvez de 7% a/a, necessário à absorção produtiva dos estoques históricos de mão-de-obra desempregada e subempregada e dos que chegam anualmente ao mercado. A Bolívia detém jazidas de gás que correspondem a duas vezes as brasileiras, mas tem sérias dificuldades para ampliar sua exploração. O Chile explora as maiores reservas conhecidas de minério de cobre do mundo, responsável por 40 % de suas exportações. O Paraguai ostenta um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, em especial quando calculado em termos per capita, mas ainda não teve êxito em utilizá-lo para acelerar seu desenvolvimento. O Suriname tem a maior reserva de bauxita do planeta, ainda pouco explorada.

11. Encontra-se na América do Sul a maior floresta tropical do mundo, um tema central no debate político sobre o efeito estufa e suas conseqüências para o clima, e o maior estoque de biodiversidade do planeta, o qual é de grande importância para a renovação da agricultura e para a indústria farmacêutica; uma parcela importante das reservas de água doce do planeta, recurso cada vez mais estratégico e causa já de conflitos em certas regiões do globo, e o maior lençol de águas subterrâneas, o Aquífero Guarani, que subjaz os territórios do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai.

As políticas econômicas

12. Os choques do petróleo (1973 e 1979), o endividamento excessivo e o súbito aumento das dívidas externas acarretaram crises e estagnação econômica que contribuíram para o fim dos regimes militares na América do Sul, em meados da década de 80. A vitória do neoliberalismo monetarista nos Estados Unidos e Reino Unido, a partir de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990), e a renegociação da dívida externa (Plano Brady) forçaram aos países subdesenvolvidos a adoção de políticas de abertura comercial e financeira, desregulamentação e privatização, com base nos princípios do chamado Consenso de Washington. Essas políticas levaram a resultados desastrosos em países que nelas se envolveram mais a fundo, como foram o caso do Equador, da Bolívia e da Argentina, e deixaram seqüelas importantes em países como o Brasil, o Uruguai e a Venezuela.

13. Tais políticas neoliberais agravaram a já elevada concentração de renda e de riqueza, ampliaram o desemprego, contribuíram para a violência urbana, provocaram a fragilização do Estado e dos serviços públicos, o que levou por sua vez à gradual emergência de importantes movimentos políticos e sociais que passaram a preconizar (explícita ou implicitamente) a revisão do modelo econômico e social neoliberal.

14. Os países da América do Sul, em consequência das políticas neoliberais que determinaram a redução negociada e às vezes até unilateral de suas tarifas aduaneiras, a privatização de suas empresas estatais e a liberalização de seus mercados de capital, aumentaram suas importações de produtos industriais dos países desenvolvidos e o ingresso descontrolado de capitais estrangeiros. Essas políticas levaram à desindustrialização em maior ou menor grau, à maior influência do capital multinacional e à desnacionalização de importantes setores de suas economias, em especial do setor financeiro, com efeitos econômicos, e inclusive políticos, significativos.

15. Essa maior integração, porém de natureza passiva, dos países sul-americanos na economia mundial é radicalmente distinta da integração na economia global que ocorre com os países altamente desenvolvidos ou com certos países emergentes, como a Coreia. Nesses últimos casos, essa maior integração se verifica através da internacionalização das atividades de suas grandes empresas de atuação multinacional mas de capital nacional, bem como de suas exportações de alto conteúdo tecnológico enquanto que, no caso dos países sul-americanos, se verifica através da maior participação de megaempresas multinacionais em suas economias, já que não possuem esses últimos países (com raras exceções) grandes empresas capazes de se internacionalizarem, e da expansão de suas exportações de “commodities”.

16. Em decorrência, os países da América do Sul retomaram, voluntária ou involuntariamente, sua especialização histórica na exportação de produtos primários, tradicionais ou novos, com maior grau, por vezes, de elaboração, para atender à demanda dos países altamente desenvolvidos e da China. Assim, grosso modo, sua agricultura se sofisticou e passou a ser denominada de agribusiness; sua indústria foi adquirida ou cerrou suas portas em um processo de desindustrialização/desnacionalização e muitas de suas empresas de serviços, em especial as empresas modernas e aquelas do setor financeiro, foram adquiridas por megaempresas multinacionais.

17. A capacidade de utilizar tradicionais instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico, que aliás tinham sido amplamente usados pelos países hoje desenvolvidos no início de seu processo de desenvolvimento (i.e. de seu processo de industrialização), foi abandonada pelos países da América do Sul na Rodada Uruguai, quando aceitaram normas sobre disciplina do capital estrangeiro as quais proibem políticas tais como a nacionalização de insumos, o estabelecimento de metas de exportação e o reinvestimento de parte dos lucros; ou que estabelecem normas sobre propriedade intelectual que ampliaram os prazos de patentes e estabelecem patentes sobre fármacos, dificultando de fato o desenvolvimento tecnológico e gerando enormes remessas financeiras. Este abandono dos instrumentos econômicos tradicionais de uso do Estado, assim como a confiança excessiva desses países no livre jogo das forças de mercado contribuíram para que viessem a ter seu ritmo de crescimento reduzido ou estagnado. Por

outro lado, a derrocada ideológica do Welfare State nos países desenvolvidos fez com que os países sul-americanos também contraíssem ou desarticulassem os seus programas sociais, o que contribuiu para agravar a concentração de renda e de propriedade e para a pequena expansão de seu mercado interno.

18. Assim, em grande parte se explicam as baixas taxas de crescimento na América do Sul, das décadas de 80 e 90, quando comparadas às de alguns países da Ásia, e a eventual derrocada dos governos neoliberais na Argentina, no Brasil, no Chile, na Bolívia, no Equador e na Venezuela. Nos últimos anos, surgiram na América do Sul governos que procuram manter as políticas de austeridade fiscal e de controle inflacionário enquanto tentam ressuscitar o Estado como agente suplementar do desenvolvimento econômico e como agente de redução da desigualdade social, diante das enormes injustiças e das pressões dos segmentos historicamente oprimidos em suas sociedades.

O bloco sul-americano

19. A atual experiência de integração sul-americana tem distintas origens, motivações e paralelos históricos. Em primeiro lugar, o trauma da desintegração dos Vice-Reinados do Império espanhol a partir de 1810, a desintegração posterior da Grã Colômbia em 1830, e a sobrevivência da utopia de unidade latino-americana, preconizada pelo Libertador Simon Bolívar. Segundo, a tentativa do notável economista argentino, Raul Prebisch, de explicar as razões do desenvolvimento na América do Norte em confronto com o atraso sul-americano levou à formulação da teoria estruturalista pela Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL.

Prebisch encontrou essas razões nas características das economias primário-exportadoras sul-americanas e na natureza de seu processo de incorporação do progresso tecnológico; na reduzida dimensão e no isolamento de cada mercado nacional; na deterioração secular dos termos de intercâmbio; na importância da industrialização como estratégia para a transformação econômica. Em terceiro lugar, a percepção de êxito da experiência de planejamento econômico e de industrialização acelerada vivida pela União Soviética, da experiência keynesiana e da planificação de guerra norte-americana e, finalmente, as políticas de economia mista e de planejamento indicativo dos governos socialistas europeus após a II Guerra Mundial. Quarto, na experiência de construção da Comunidade Econômica Européia, fundada na integração de mercados, na elaboração de políticas comuns e no financiamento pelos países mais ricos do esforço de redução de assimetrias entre as economias participantes.

20. Este conjunto de experiências inspirou os programas de desenvolvimento econômico com base na industrialização, em especial no Brasil durante o Governo Juscelino Kubitschek, as propostas da CEPAL de constituição de um mercado comum latino-americano, as propostas argentinas de criação de uma área de livre comércio que reunificasse economicamente as partes do antigo Vice-Reinado do Prata, e estimulou à constituição em 1960 da Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC.

21. Naturalmente, ao processo de integração da América do Sul e do Cone Sul subjazia a latente rivalidade entre Brasil e Argentina por influência política na região do

Rio da Prata, os resquícios de um passado de lutas e a lembrança da inicial predominância industrial argentina. E outros ressentimentos decorrentes de conflitos e quase-conflitos passados, como entre Chile e Argentina; entre Bolívia, Chile e Peru; entre Peru e Equador; entre Colômbia e Venezuela, entre a Bolívia e o Paraguai, entre Brasil e Paraguai e entre Brasil e Bolívia.

22. A Associação Latino Americana de Livre Comércio, criada em 1960, e cuja meta era eliminar todas as barreiras ao comércio entre os Estados membros até 1980, encontrou obstáculos causados pelas políticas nacionais de substituição de importações e de industrialização e, mais tarde, pelas políticas de controle de importações para enfrentar as súbitas crises do petróleo que acarretaram inéditos déficits comerciais que atingiram os países importadores de energia, em especial o Brasil.

23. A partir de 1965, o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) entre os países da ALALC, e mais a República Dominicana, passa a permitir o comércio sem o uso imediato de divisas fortes, através de um sistema quadrimestral de compensação multilateral de créditos que funcionou com grande êxito sem que ocorresse nenhum caso de “default” até a década de 1980, quando foi progressivamente desativado pelos novos tecnocratas que vieram a ocupar os Bancos Centrais dos países da região, na esteira do período de governos neoliberais.

24. Em 1969, os países andinos celebraram o Pacto Andino (mais tarde CAN) como um projeto mais audacioso de integração e de planejamento do desenvolvimento, prevendo inclusive a alocação espacial de indústrias entre os Estados membros e a elaboração de políticas comuns, inclusive no campo do investimento estrangeiro.

25. Em 1980, a estagnação das negociações comerciais levou à substituição da ALALC pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI). O Tratado de Montevideu (80) incorporou o “patrimônio” de reduções tarifárias bilaterais, permitiu a negociação de acordos bilaterais de preferências, com a perspectiva de sua eventual convergência, e tornou possível a concessão de preferências bilaterais ao abrigo da “enabling clause” do então GATT.

26. Em 1985, Brasil e Argentina decidiram lançar um processo de integração bilateral gradual, com o objetivo central de promover o desenvolvimento econômico, a que se juntaram, em 1991, Paraguai e Uruguai, formando-se assim o Mercosul. Este último surgiu como um projeto enquadrado na concepção do Consenso de Washington do livre comércio como instrumento único e suficiente para a promoção do desenvolvimento, redução das desigualdades sociais e geração de empregos, na melhor tradição das Escolas de Manchester e de Chicago.

27. Após a conclusão do NAFTA em 1994, em que o México na prática abandonou a ALADI, os Estados Unidos, no contexto da Cúpula das Américas, lançaram um projeto ambicioso de negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esse projeto, na realidade, mais do que uma área de livre comércio de bens, criaria um território econômico único nas Américas, com a livre movimentação de bens, serviços e capital (mas não de mão-de-obra ou tecnologia) e estabeleceria regras uniformes ainda mais restritivas à

execução de políticas nacionais ou regionais de desenvolvimento econômico, já que as propostas originais eram OMC-Plus e NAFTA-plus (e parecem continuar a ser tais como revelam os textos dos tratados bilaterais de livre comércio, celebrados pelos Estados Unidos).

28. Apesar das declarações diplomáticas feitas na ocasião, e reiteradas posteriormente, de que a ALCA não afetaria os projetos de integração regional como a Comunidade Andina e o Mercosul, estava claro que a eventual concretização da ALCA eliminaria de fato a possibilidade de formação de um bloco econômico e político sul-americano.

29. Após o início das negociações da ALCA, e diante da extrema desigualdade de forças políticas e econômicas entre os países participantes, a negociação se interrompeu em 2004, após os Estados Unidos terem retirado os temas agrícolas e de defesa comercial (antidumping e subsídios) levando-os para o âmbito da OMC sob o pretexto de ser necessária uma negociação mais abrangente, inclusive com a União Européia. Em consequência e para equilibrar as negociações, o Mercosul considerou que os temas de investimento, compras governamentais e serviços deveriam também passar para o âmbito da Rodada de Doha na OMC e propôs aos Estados Unidos a negociação de um acordo do tipo 4+1, no campo do comércio de bens, proposta até hoje sem resposta, ou melhor, cuja resposta prática tem sido a firme atividade norte-americana de negociação de acordos bilaterais de livre comércio (na realidade com escopos muito mais amplos) com os países da América Central, a Colômbia, o Peru e (quase) com o Equador.

30. Paralelamente, o Mercosul empreendeu a negociação e celebrou acordos de livre comércio com o Chile (1995), com a Bolívia (1996), com a Venezuela, Equador e Colômbia (2004), e com o Peru (2005), que se referem exclusivamente ao comércio de bens e não incluem o comércio de serviços, compras governamentais, regras sobre investimentos, propriedade intelectual, etc.

31. Em 2002, o Congresso dos Estados Unidos tinha aprovado o ATPDEA (Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act) pelo qual concederiam unilateralmente preferências comerciais, sem reciprocidade de parte dos beneficiários, para listas de produtos de países andinos em troca da execução de programas de erradicação das plantações de coca. O resultado da aplicação durante cinco anos dessa lei foi, de um lado, expandir as exportações de tais produtos desses países para os Estados Unidos e, de outro, ensejar o surgimento nesses países de grupos de interesses empresariais locais favoráveis à negociação de acordos de livre comércio com os Estados Unidos quando se encerrasse o prazo de vigência daquele Ato.

32. Posteriormente, foi lançada em 2004, em Cuzco, o projeto de formação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, hoje denominada UNASUL, organização que se pretenderia semelhante à União Africana, na África; à União Européia na Europa; à ASEAN, na Ásia; e ao MCCA, na América Central. As negociações para concretizar a UNASUL têm encontrado três distintas resistências: primeiro, a de países que celebraram acordos de livre comércio com os Estados Unidos; segundo, a de países que dão prioridade ao fortalecimento do Mercosul e que acreditam que o Brasil estaria “trocando” o Mercosul

pela UNASUL; terceiro, a de países que consideram ser necessário uma organização mais audaciosa, com base na solidariedade e na cooperação e não naquilo que consideram ser o individualismo “mercantilista” das preferências comerciais, dos projetos de investimento e do livre comércio.

A Argentina e a estratégia de integração brasileira

33. Não há a menor possibilidade de construção de um espaço econômico e político sul-americano (economicista ou solidarista, não importa) sem um amplo programa de construção e de integração da infra-estrutura de transportes, de energia e de comunicações dos países da América do Sul. O comércio entre os seis países fundadores da Comunidade Econômica Européia correspondia em 1958 a cerca de 40% do seu comércio total e hoje supera 80%. Em contraste, o comércio entre os países da América do Sul correspondia em 1960, data de começo da ALALC, a cerca de 10% e ainda em 2006 não superou 17% do total do comércio exterior da região. Esse reduzido comércio tinha sua causa na pequena diversificação industrial das economias sul-americanas (hoje também um obstáculo, pois quanto mais diversificadas as economias maior o seu comércio recíproco), mas também na pequena densidade dos sistemas de transportes naquela época e até hoje. Há um interesse vital em conectar os sistemas de transportes nacionais e as duas costas do subcontinente, superando os obstáculos da Floresta e da Cordilheira, como se está fazendo ao norte entre Brasil e Peru, e se procurará fazer ao sul, entre Brasil, Argentina e Chile. A Iniciativa para a Integração da Regional Sul-Americana (IIRSA), em 2000, foi um passo de grande importância neste esforço de planejamento, que necessita para se concretizar da alavanca regional do financiamento.

34. Uma das maiores dificuldades dos países da América do Sul é o acesso a crédito para investimentos em infra-estrutura devido a limites ao endividamento externo e à falta de acesso a instrumentos de garantia. Este acesso ao mercado internacional de capitais é tanto mais importante quanto maior for a dificuldade desses países em elevar sua poupança interna, devido à prioridade concedida ao serviço da dívida interna e externa. O Brasil tem contribuído para o fortalecimento da Cooperação Andina de Fomento – CAF, entidade financeira classificada como AA no mercado internacional e voltada para investimentos em infra-estrutura, e tem participado, de forma positiva e prudente, do processo de construção de um Banco do Sul que se deseja eficiente.

O Brasil é um dos poucos, senão o único país da região, que dispõe de um forte banco de desenvolvimento, cujos ativos são de US\$ 87 bilhões, maiores que os do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (US 66 bilhões), que pode emprestar recursos para a execução de obras de infra-estrutura em condições competitivas com as do mercado internacional e sem condicionar tais empréstimos a “compromissos” de política externa ou à execução de “reformas” econômicas internas. É parte essencial da estratégia brasileira de integração fornecer crédito aos países vizinhos para a execução de obras de infra-estrutura e, no futuro, vir a fornecer créditos a empresas desses países em condições normais semelhantes às que se exigem de empresas brasileiras, tendo em vista o interesse vital brasileiro no crescimento e no desenvolvimento dos países vizinhos até mesmo por razões de interesse próprio, devido à grande importância de seus mercados para as exportações

brasileiras e, em consequência, para o nível de atividade econômica geral e de suas empresas.

35. Além da integração da infra-estrutura física em termos de rodovias, pontes, ferrovias e de energia é essencial a integração das comunicações aéreas, pela sua importância para a economia e a política, assim como da mídia em especial a televisão, essencial à formação do imaginário sul-americano, através do conhecimento da vida política, econômica e social dos países da região, hoje desconhecida do grande público e, portanto, fonte de toda sorte de preconceitos e manipulações que envenenam a opinião pública e afetam os discursos, as atividades e as decisões políticas. A TV Brasil - Canal Integración e a TELESUR são experiências não-hegemônicas de integração de comunicações, assim como a iniciativa brasileira de procurar estabelecer um padrão regional de TV Digital, com a participação dos Estados do Mercosul, inclusive no processo industrial.

36. A questão da segurança energética é central nos dias de hoje e no futuro previsível. A integração energética e a autonomia regional em energia para garantir a segurança de abastecimento energético é prioridade absoluta da política externa brasileira na América do Sul. Não há possibilidade de crescer a 7% a/a na média durante um período longo sem um suprimento suficiente, seguro e crescente de energia. Este suprimento depende de investimentos de prazo mais ou menos longo de maturação, tais como a prospecção de jazidas de petróleo, gás e urânio, a construção de barragens, a construção de usinas hidro e termoelétricas, assim como nucleares. A América do Sul, como região, tem um excedente global de energia, porém com grandes superávites atuais e potenciais em certos países e com severos déficits em outros. No primeiro caso, se encontram a Venezuela, o Equador e a Bolívia para o gás e o petróleo. No caso de energia hidrelétrica, há excedentes extraordinários no Brasil, no Paraguai e na Venezuela. De outro lado, se encontram países com déficit estrutural de energia como o Chile e o Uruguai e casos intermediários como são o Peru, a Colômbia e a Argentina.

Assim, a integração energética da região permitirá reduzir as importações extra-regionais e fortalecer a economia da América do Sul. No esforço de fortalecer e de integrar o sistema energético da região, o Brasil tem financiado a construção de gasodutos na Argentina e tem se empenhado na concretização do projeto do Grande Gasoduto do Sul que deverá vincular os maiores centros produtores de energia (a Venezuela e a Bolívia) aos maiores mercados consumidores (o Brasil, a Argentina e o Chile). O Brasil está disposto a compartilhar a tecnologia que desenvolveu na área dos biocombustíveis, acreditando que a crise energética e ambiental somente poderá ser enfrentada com eficiência a partir de uma modificação gradual da matriz energética mundial, de uma redução do consumo e do desperdício nos países altamente desenvolvidos, principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa.

37. A redução das assimetrias é o segundo elemento essencial da estratégia brasileira de integração. Em um processo de integração em que as assimetrias entre as partes são significativas tornam-se indispensáveis programas específicos e ambiciosos para promover sua redução. É óbvio que não se trata aqui das assimetrias de território e de população mas sim daquelas assimetrias de natureza econômica e social. É indispensável a

existência de um processo de transferência de renda sob a forma de investimentos entre os Estados participantes do esquema de integração como ocorreu e ocorre ainda hoje na União Européia. Esse processo é ainda embrionário no Mercosul, sendo o Fundo para Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do Mercosul - FOCEM, apenas um modesto início.

38. A generosidade dos países maiores e mais desenvolvidos é sempre mencionada pelo Presidente Lula como um terceiro elemento essencial para o êxito do processo de integração do Mercosul e da América do Sul. Esta generosidade deve se traduzir pelo tratamento diferencial, sem exigência de reciprocidade, em relação a todos os países da América do Sul que estejam engajados no processo de integração regional, nas áreas do comércio de bens, de serviços, de compras governamentais, de propriedade intelectual etc. Isto é, o Brasil deve estar disposto a conceder tratamento mais vantajoso sem reciprocidade a todos os seus vizinhos, em especial àqueles de menor desenvolvimento relativo, aos países mediterrâneos e aos países de menor PIB per capita.

O Brasil, apesar de ser o maior país da região, não acredita ser possível desenvolver-se isoladamente sem que toda a região se desenvolva econômica e socialmente e se assegure razoável grau de estabilidade política e segurança. Assim, a solidariedade nos esforços de desenvolvimento e de integração é uma idéia central na estratégia brasileira na América do Sul, assim como a idéia de que este processo é um processo entre parceiros iguais e soberanos, sem hegemonias nem lideranças.

39. A integração econômica da América do Sul tem passado por um processo acelerado de expansão, impulsionado pela redução das tarifas propiciada pelos acordos comerciais preferenciais. O comércio de bens intra-América do Sul que era de 10 bilhões de dólares em 1980 passou para 68 bilhões em 2005. O comércio de serviços, que era praticamente inexistente na década de 1960, também se expandiu, ainda que em menor escala. Os exemplos mais relevantes de expansão poderiam ser dados pelo setor financeiro, com o estabelecimento de filiais de bancos, pelo setor dos transportes aéreos e mesmo terrestres, e pelo turismo intra-regional. Os investimentos de empresas da região em terceiros países da própria região se tornaram expressivos, como demonstra a expansão das empresas chilenas e brasileiras, em especial na Argentina.

Finalmente, houve considerável expansão das populações de imigrantes intra-regionais. Todos esses fatores contribuem para a formação de um mercado único sul-americano, já que, implementados os acordos comerciais bilaterais entre países da região, cerca de 95% do comércio intra-regional será livre de tarifas, em 2019. A reativação do CCR e o estabelecimento de uma moeda comum para transações entre Brasil e Argentina muito contribuirão para a expansão do comércio bilateral e regional.

40. A estratégia brasileira no campo comercial tem sido procurar consolidar o Mercosul e promover a formação de uma área de livre comércio na América do Sul, levando em devida conta as assimetrias entre os países da região. A compreensão brasileira com as necessidades de recuperação e fortalecimento industrial de seus vizinhos nos levou à negociação do Mecanismo de Adaptação Competitiva com a Argentina, aos esforços de estabelecimento de cadeias produtivas regionais e à execução do Programa de Substituição

Competitiva de Importações, cujo objetivo é tentar contribuir para a redução dos extremos e crônicos déficits comerciais bilaterais, quase todos favoráveis ao Brasil.

No campo externo, a estratégia brasileira visa a ampliar os mercados para as exportações do Mercosul através da negociação de acordos de livre comércio ou de preferências comerciais com países desenvolvidos, como no caso da União Européia; e com países em desenvolvimento tais como a Índia e a África do Sul, em busca da abertura de mercados e visa a prestigiar e fortalecer o processo de negociação em conjunto, que não só favorece os parceiros maiores, mas também os parceiros menores do Mercosul, na medida em que obtêm eles condições de acesso que possivelmente não alcançariam caso negociassem isoladamente.

41. Em um sistema mundial cujo centro acumula cada vez mais poder econômico, político, militar, tecnológico e ideológico; em que cada vez mais aumenta o hiato entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos; em que o risco ambiental e energético se agrava; e em que este centro procura tecer uma rede de acordos e de normas internacionais que assegurem o gozo dos privilégios que os países centrais adquiriram no processo histórico e em que dessas negociações participam grandes blocos de países, a atuação individual, isolada, nessas negociações não é vantajosa, nem mesmo para um país com as dimensões de território, população e PIB que tem o Brasil. Assim, para o Brasil é de indispensável importância poder contar com os Estados vizinhos da América do Sul nas complexas negociações internacionais de que participa. Mas talvez ainda seja de maior importância para os Estados vizinhos a articulação de alianças entre si e com o Brasil para atuar com maior eficiência na defesa de seus interesses nessas negociações.

42. Apesar das assimetrias de toda ordem que caracterizam os países da região, somos todos subdesenvolvidos e as características centrais do subdesenvolvimento são as disparidades sociais, as vulnerabilidades externas e o potencial não-explorado de nossas sociedades. No caso das desigualdades sociais, a América do Sul se caracteriza como uma das regiões do mundo onde há a maior concentração de renda e de riqueza e onde há ativos enormes aplicados no exterior, resultado de “fugas” históricas de capital. Por outro lado, o Brasil tem procurado estabelecer programas de combate à fome e à pobreza, e de natureza social em geral, que podem ser objeto de útil intercâmbio de experiências. Uma das características da região é o crescente número de imigrantes (legais e ilegais) de refugiados e de deslocados cuja situação necessita ser regularizada de forma solidária e humanitária, a exemplo do que têm feito a Argentina e a Venezuela.

O Brasil tem como prioridade a cooperação nas áreas de fronteira, cada vez mais vivas, a promoção de eliminação de vistos e de exigências burocráticas que dificultam a circulação de mão de obra e a negociação da concessão de direitos políticos aos cidadãos sul-americanos em todos os países da região, a começar pelo Brasil. A decisão brasileira de tornar obrigatório o espanhol no ensino médio no Brasil contribuirá para o processo de integração social e cultural da América do Sul.

43. No campo da política, os mecanismos de integração devem propiciar e estimular a cooperação entre os Estados sul-americanos nos foros, nas disputas e nas negociações internacionais, encorajar a solução pacífica de controvérsias, sem interferência de potências

extra-regionais, o respeito absoluto e estrito aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação, i.e. não deve nenhum Estado e muito menos o Brasil imiscuir-se nos processos domésticos dos países vizinhos nem procurar exportar modelos políticos por mais que os apreciemos para uso interno.

O Brasil tem, como princípio, manter-se sempre imparcial diante de disputas que surgem periodicamente entre países vizinhos, bastando lembrar a ressurreição da questão da mediterraneidade entre Bolívia, Chile e Peru; da fumigação na fronteira entre o Equador e Colômbia; das divergências ocasionais entre Colômbia e Venezuela; da questão das papeleiras entre Argentina e Uruguai. E o Brasil tem procurado tratar com generosidade e lucidez política, e não com o rigor do economicismo míope, apesar das resistências internas e dos preconceitos de setores conservadores da sociedade brasileira, as reivindicações econômicas, em relação ao Brasil, que fazem por vezes Bolívia, Paraguai e Uruguai. O Parlamento do Mercosul será o foro para o conhecimento mais íntimo dos políticos e dos estadistas dos países da América do Sul, contribuindo para o indispensável ambiente político a um processo de integração.

44. No processo de integração do Mercosul e da América do Sul e nas relações políticas com o mundo multipolar violento e “absorvedor” em que vivemos, Brasil e Argentina se encontram unidos pelos objetivos comuns de transformar o sistema internacional no sentido de que as normas que regem as relações entre os Estados e as economias sejam de tal natureza que os países em desenvolvimento como o Brasil e a Argentina preservem o espaço necessário para a elaboração e a execução de políticas de desenvolvimento que permitam superar as desigualdades, vencer as vulnerabilidades e realizar o potencial de suas sociedades.

45. No mundo arbitrário e violento em que vivem o Brasil, e a América do Sul, é indispensável ter forças armadas proporcionais a seu território e à sua população. A estratégia brasileira de defesa vê o continente sul-americano de forma integrada e considera a cooperação militar entre as Forças Armadas, inclusive em termos de indústria bélica, como um fator de estabilidade e de equilíbrio regional através da construção de confiança. A inexistência de bases estrangeiras no continente sul-americano, à exceção de Manta, é um importante fator político e militar para o desenvolvimento e a autonomia regional. Por outro lado, o Brasil rejeita qualquer intervenção política, e ainda mais militar, de origem extra-regional nos assuntos da América do Sul. Os programas de intercâmbio militar exercem importante papel no processo de construção da confiança, assim como a participação de efetivos militares de países da região em operações de paz das Nações Unidas, em especial na Minustah.

46. Finalmente, como mencionou o Ministro Celso Amorim, é necessário promover a integração e o desenvolvimento econômico e social de nossos países antes que o crime organizado o faça em suas diversas facetas: o narcotráfico, o contrabando, o tráfico de armas.

47. A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. Foram nossos dois países aqueles que, na

região, lograram alcançar o mais elevado nível de desenvolvimento industrial, agrícola, de serviços, científico e tecnológico; aqueles que, considerados como um conjunto, detêm as terras mais férteis e o subsolo mais rico da região; aqueles cuja população permite o desenvolvimento de mercados internos significativos, base necessária para a atuação firme no mercado externo sempre sujeito às medidas arbitrárias do protecionismo agrícola e industrial; somos aqueles países que, por seu grande potencial e interesses comuns, são os mais capazes de resistir à voragem absorvedora dos interesses comerciais, econômicos, financeiros e políticos dos países mais desenvolvidos, sempre mais preocupados em concentrar poder e preservar privilégios econômicos e políticos, ainda que pela força, do que em contribuir para a construção de uma ordem econômica, ambiental e política necessária ao desenvolvimento da comunidade internacional como um todo e à preservação do planeta.

A coordenação política que ocorre entre a Argentina e o Brasil na defesa de seus interesses nos foros, nas negociações, nos conflitos e nas crises internacionais atingiu extraordinária intensidade e eficiência e foi isto que nos permitiu agir no âmbito do Conselho de Segurança, das negociações ambientais, das negociações hemisféricas desiguais e das negociações multilaterais econômicas da Rodada Doha, através do G-20, de modo a impedir o desequilíbrio de seus resultados e a garantir o espaço necessário às nossas políticas de desenvolvimento econômico.

48. Falta muito a fazer, em especial nos campos avançados do desenvolvimento científico e tecnológico que plasmarão a sociedade do futuro, tais como as atividades espaciais, aeronáuticas, nucleares, de defesa, de informática e de biotecnologia. É necessário e indispensável que todos os organismos da estrutura burocrática dos Estados brasileiro e argentino, ainda muitas vezes envolvidos em rivalidades, ressentimentos e desconfianças históricas, compreendam o desafio que a Nação argentina e a Nação brasileira enfrentam neste início do Século XXI, compreendam a visão estratégica dos presidentes Nestor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva e contribuam, assim, para que se realize a faceta gloriosa da profecia de Juan Domingo Perón: “O Século XXI nos encontrará unidos ou dominados”. * *Samuel Pinheiro Guimarães é Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil.*

Ameaça regional – Clóvis Brigagão – O Globo – Opinião – 07/03/2008

A Paz está sendo ameaçada na América do Sul. Crescem os perigos da guerra e da corrida armamentista com a instabilidade democrática, fruto do esforço coletivo nas últimas décadas. O ataque aéreo colombiano, com sofisticado aparato bélico (via satélite) ao acampamento das Farc, com a morte de Raúl Reyes, o número 2 do grupo, dentro do território do Equador, ganhou as manchetes e entrou na agenda da diplomacia regional.

Uma série de fatores, nem todos convergentes, amplia os efeitos da ação militar. Rompem-se as relações diplomáticas entre os dois países, e Chávez — na busca de cenários propícios à sua doutrinação — põe mais lenha na fogueira (e que fogueira!).

Primeiro, a desculpa formal do presidente Alvaro Uribe ao Equador e ao presidente Rafael Correa é regra básica a fim de baixar a temperatura.

Segundo, a existência de acampamento das Farc na selva equatoriana e, se verdadeiras, as acusações de que existem ligações com o governo de Correa é ponto crucial a ser esclarecido em fóruns como a OEA e a ONU.

Terceiro, é necessário isolar o intempestivo Chávez, investigando, seriamente, suas relações com as Farc. Vale trazer ao debate o exemplo que pacificou a região centroamericana, na década de 80 do século passado. Durante a crise que se espalhava pela América Central, entre forças guerrilheiras e governos autoritários, alguns países latino-americanos (México, Panamá, Venezuela e Colômbia) — escapando à tradicional fórmula da intervenção norteamericana no continente — tomaram a iniciativa de criar o Grupo Contadora, ampliado mais tarde com Brasil, Argentina, Peru, Uruguai, Chile, formando o Grupo do Rio. Esse esforço regional resultou na pacificação da América Central, e o Grupo do Rio passou a ser padrão da diplomacia de prevenção e resolução de conflitos muito vigorosos.

No episódio que vivemos hoje, aos esforços que realizam a OEA e seu secretário-geral, Miguel Insulza, devem ser somados a mediação de países como Brasil, Argentina, Chile, Peru etc. O Brasil deveria tomar a dianteira — inspirado em Contadora — para que a onda bélica não avance e, principalmente, a paz seja alcançada no longo conflito colombiano que, cada vez mais, transborda de suas fronteiras.

A sociedade colombiana há pouco saiu do silêncio e levantou a voz com gigantesca manifestação contra as Farc. Agora em março, será outra contra os paramilitares. A boa vizinhança aconselha estender a mão a essa mobilização para apoiar a pacificação da Colômbia, impedir Chávez de ganhar terreno com suas retóricas guerreiras — a justificar o vazio de suas propostas — e garantir que o caminho da mediação, da pacificação e da democracia sejam os melhores e os mais legítimos sentimentos dos governos e da sociedade civil da região.

CLÓVIS BRIGAGÃO dirige o Centro de Estudos das Américas, Universidade Candido Mendes.

Nicarágua rompe com a Colômbia – O Globo – Capa – 07/03/2008

O presidente da Nicarágua, o sandinista Daniel Ortega, cortou relações diplomáticas com a Colômbia, alegando solidariedade ao governo do Equador.

Páginas 33 a 35

Ortega também corta relações com Uribe – O Globo – O Mundo – 07/03/2008

Nicarágua oferece solidariedade a Correa, em visita ao país. Presidente da Colômbia diz que ação não se repetirá

MANÁGUA, BOGOTÁ, CARACAS e QUITO.

O presidente da Nicarágua, o sandinista Daniel Ortega, cortou ontem relações diplomáticas com a Colômbia, em mais um capítulo da crise que assola o continente americano depois de um ataque de militares colombianos a guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) dentro do território do Equador, no sábado.

O anúncio de Ortega foi feito durante uma entrevista coletiva ao lado do presidente equatoriano, Rafael Correa, que esteve ontem em Manágua, numa parada da série de visitas a países americanos para isolar a diplomaticamente a Colômbia.

— A Nicarágua, neste momento, anuncia que rompe as relações diplomáticas com a Colômbia — disse Ortega. — A decisão foi tomada em solidariedade ao povo equatoriano e diante das reiteradas ameaças militares da parte do governo colombiano.

Com a decisão nicaragüense, já são três os países que responderam diplomaticamente à operação militar colombiana. O Equador já cortara relações com Bogotá, enquanto a Venezuela expulsara os diplomatas colombianos de Caracas, mas sem romper relações. Equador e Venezuela também ordenaram o deslocamento de militares para a fronteira com a Colômbia.

A ação de Ortega não é apenas uma reação ao ataque que matou Raúl Reyes, número dois das Farc, e outros 16 guerrilheiros em território equatoriano. A Nicarágua tem problemas de fronteira marítima com Bogotá.

— Uma condição fundamental para que possamos retomar relações com o governo colombiano é que se respeite a determinação da Corte de Haia, e que não se volte a cometer atos de terrorismo como o contra o Equador — disparou Ortega.

Manágua tem disputa territorial com Bogotá O líder nicaragüense se referia ao pleito de seu país que está sendo analisado na Corte Internacional de Justiça (CIJ), que aceitou em dezembro julgar o pedido de Manágua de mudar as fronteiras marítimas entre os dois países. Porém, a CIJ não aceitou o pleito do país de que as ilhas San Andrés, Providencia e Santa Catalina fossem reconhecidas como nicaragüenses, já que Manágua assinou um tratado em 1930 reconhecendo a soberania colombiana sobre elas.

O presidente equatoriano, Rafael Correa, agradeceu o apoio de Ortega. Depois de ter recebido em menos de 12 horas os apoios pessoais do nicaragüense e do venezuelano Hugo Chávez, ele adotou ontem um tom exaltado. Ele disse que a OEA tem de condenar a Colômbia — a entidade apenas reconheceu que o país violou a soberania equatoriana: — A Colômbia deve ser obrigada a nunca mais agredir um país irmão sob qualquer pretexto.

Se com um fato tão claro, a OEA, devido aos cálculos de sempre, quiser colocar um país pequeno como o Equador no altar dos grandes interesses e sacrificar a justiça, a OEA deverá ir para o lixo da História.

Os nomes que vão compor a comissão da OEA que investigará as causas do ataque colombiano foram escolhidos ontem pelo secretário-geral, o chileno José Miguel Insulza. Segundo fontes do Itamaraty, além das Bahamas, cujo embaixador, Cornelius Smith, é presidente do Conselho Permanente da OEA, foram escolhidos Brasil, Peru, Argentina e Panamá. Insulza integrará o grupo, que parte no fim de semana para Quito.

O presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, assumiu a responsabilidade do ataque. E se comprometeu a não repetir a ação.

— Aceitamos a resolução da OEA e assumo a responsabilidade — disse Uribe.

Segundo Uribe, a Colômbia pode enfrentar dificuldades devido à missão. Ele disse que “é um momento difícil para o país”, mas que a eliminação de Reyes “será bom” para a Colômbia. Ele pediu “franqueza” aos países vizinhos, mas disse que buscará uma solução diplomática. Por sua vez, o vice-presidente Francisco Santos, em visita à sede da UE em

Bruxelas, disse não haver “risco de guerra”: — O governo colombiano foi muito claro. Não usará a força.

Ontem, as Farc dinamitaram sete trechos do oleoduto entre Colômbia e Equador. Os ataques podem ser uma represália à morte de Reyes. Bogotá garantiu que a produção petrolífera não será afetada.

Em Caracas, Chávez, após ameaçar nacionalizar empresas colombianas, moderou o tom. — Fazemos um chamado à reflexão aos responsáveis por estes fatos, e exigimos que eles nunca mais se repitam. Que tomemos o caminho da cooperação, da paz, da confiança.

Em visita a Caracas, que já estava programada anteriormente, mas acabou coincidindo com a visita de Correa a Chávez, a presidente argentina, Cristina Kirchner, evitou declarações polêmicas, defendendo que houvesse uma separação entre a crise e a troca de seqüestrados das Farc por guerrilheiros presos.

Já o Exército do Equador anunciou ontem a captura de cinco supostos membros das Farc, que teriam sobrevivido à incursão militar colombiana.

Eles foram capturados na fronteira com a Colômbia, na província amazônica de Sucumbíos.

Itamaraty festeja bem-sucedida mediação do Brasil - Eliane Oliveira – O Globo – O Mundo – 07/03/2008

BRASÍLIA. A resolução aprovada na última quarta-feira pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, teve um sabor de vitória para o governo brasileiro. Não só por conta da criação de uma comissão de investigação para apurar como ocorreu a incursão de tropas colombianas em território equatoriano no sábado, mas porque, apesar dos discursos bélicos do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, Caracas ficou praticamente alijada do processo de negociação na reunião da OEA.

. Conseguimos tudo o que queríamos . disse um alto diplomata brasileiro que participa, na República Dominicana, da reunião do Grupo do Rio, formado por presidentes e chefes de Estado da América Latina.

Para o governo brasileiro, nesse episódio a principal ameaça vinha de Chávez, que enviou tropas para a fronteira, mas na quarta-feira começou a se definir como um pacifista. Os venezuelanos, comentou um embaixador, votaram como qualquer outro país associado à OEA na reunião do Conselho Permanente do organismo, enquanto o Brasil, representado por Osmar Chohfi, foi chamado várias vezes na difícil negociação entre Equador e Colômbia.

. É inevitável o crescente envolvimento do Brasil em crises na América do Sul. O Brasil não pode mais fazer como no passado, que era ficar confortavelmente numa posição de que os conflitos não eram de interesse brasileiro . disse o embaixador José Botafogo Gonçalves, presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

Especialistas acham que país ainda está .em cima do muro. Para Botafogo, embora tenha considerado correta a atuação do Brasil no impasse entre Colômbia e Equador, o país está .em cima do muro. Em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Ele acredita que Lula deveria ter sido mais enfático, ao condenar o terrorismo praticado pelas Farc.

O diretor do Instituto Internacional da Fundação Armando Álvares Penteado, o embaixador Sérgio Amaral, concorda com a avaliação de Botafogo.

A forma como agiu Lula foi positiva, por ter contribuído para arrefecer os ânimos, .colocar um pouco de água fria na fervura.. No entanto, afirmou, os pronunciamentos do governo brasileiro foram parciais.

. O governo brasileiro não tocou no fato de que as Farc são uma guerrilha, que ataca cidadãos colombianos e usa territórios fronteiriços como refúgio . disse Amaral, cujo último posto foi o de embaixador do Brasil em Paris.

O professor de relações internacionais da UnB Virgílio Arraes considerou .corretíssima. a atuação do Brasil. O país levou o problema para a OEA e foi incluído na comissão investigadora, que funcionará como uma espécie de .grupo de amigos..

Solução diplomática foi boa para a América do Sul – Valor Econômico – Opinião - Editorial - 07/03/2008

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, jogou um balde de petróleo na crise diplomática deflagrada pela ação militar da Colômbia em território equatoriano, no último sábado, ao tentar se impor como parte do conflito e anunciar o envio de dez batalhões de prontidão para a divisa colombiana. A ação dos governos do Brasil, Argentina e Chile, que culminou, na quarta-feira, num acordo na Organização dos Estados Americanos (OEA), resultado de 14 horas de negociações, botou água fria na fervura e Chávez no seu devido lugar. O presidente da Venezuela, que assumiu o protagonismo nas negociações para a libertação dos reféns políticos mantidos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), foi devidamente excluído como parte do conflito quando o esforço diplomático do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e das presidentes Cristina Kirchner (Argentina) e Michelle Bachelet (Chile) encaminhou as negociações ao Conselho Permanente da OEA.

As tratativas na OEA concentraram-se nas partes legítimas: no invasor, a Colômbia, e no país invadido, o Equador. O resultado dessa primeira rodada afastou provisoriamente o risco de um conflito armado na América do Sul - por ora, já que Venezuela, Equador e Colômbia passaram a colecionar crises e Chávez, em particular, está se especializando em provocações contra vizinhos que não considera alinhados ideologicamente ao "socialismo bolivariano". Mas o saldo dos entendimentos pode ter superado a intenção mais direta. Na resolução acertada entre os dois países, a Colômbia admite ter violado a soberania territorial do Equador - portanto, compromete-se com o princípio estrito de soberania, que é o da integridade territorial do país. Com isso, afasta o fantasma do ataque preventivo, uma exceção ao conceito de soberania consagrado no direito internacional forçada pelos EUA a partir das resoluções 1.368 e 1.373 da ONU, que condenam o terrorismo - que respaldou a invasão do Afeganistão depois dos atentados de 11 de setembro e virou rotina na política de defesa de Israel.

O presidente colombiano, Álvaro Uribe, o maior aliado do presidente George Bush na América do Sul, agiu claramente inspirado em seu protetor e caminhava para tomar o princípio do ataque preventivo como escudo para tomar medidas agressivas contra os dois vizinhos que mostram condescendência com a ação das Farc e têm bases da guerrilha colombiana em seu território. Se o precedente de ataque ao Equador não fosse enquadrado

pela resolução da OEA, até mesmo o Brasil, que faz fronteira com a Colômbia, estaria em risco.

Ao mesmo tempo, a resolução abre espaço para que se discuta, mais à frente, a responsabilidade dos países vizinhos à Farc pela sobrevivência de uma guerrilha que existe há 40 anos, misturou-se ao narcotráfico, protege contrabandistas e mantém centenas de seqüestrados, quer para se proteger politicamente da repressão do Estado, quer com objetivos de extorsão. A Colômbia, ao abrir mão de dar como justificativa para a invasão a presença de guerrilheiros no território do Equador, facilita também à OEA que, num segundo momento, questione Rafael Correa sobre a presença das Farc em seu território.

Hoje, as Farc mantêm 40 seqüestrados políticos e cerca de 700 detidos para fins de extorsão. As condições em que eles são mantidos são desumanas. Uribe, aliado dos EUA no combate ao narcotráfico e acusado de condescendência com os grupos pára-militares de direita, foi eleito pela primeira vez em 2002 com a bandeira de acabar com a guerrilha, que desestabilizou uma fila de presidentes anteriores. Provavelmente - com a ajuda ou não dos EUA - foi impulsionado por razões políticas, ao assumir uma operação militar em território equatoriano para matar o número dois da guerrilha, Raúl Reyes. Ele quer viabilizar a aprovação de um terceiro mandato. Ainda assim, o presidente colombiano foi eleito e é um Estado democrático que a guerrilha confronta pelas armas.

A ação coordenada do Brasil, do Chile e da Argentina pode ter sido definitiva para desarmar a bomba de um conflito que tinha o potencial de envolver pelo menos três países do continente. Mas pode ainda servir para uma ação humanitária: permitir a retomada das negociações para a libertação dos reféns.

Apertos de mãos e acordo selam dia de insultos – O Globo – O Mundo – 08/03/2008

Em uma reunião tensa, presidentes de Colômbia, Equador, Venezuela e Nicarágua aceitam negociar diferenças

Num clima bastante tenso, os presidentes do Equador, Rafael Correa, e da Colômbia, Álvaro Uribe, trocaram ontem duras acusações na XX Reunião do Grupo do Rio, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana. Para evitar um encontro com seu desafeto, o presidente colombiano não participou de um jantar na abertura da cúpula e se recusou a sair na foto oficial do evento.

Na reunião, Uribe afirmou que seu colega equatoriano mantém contato regular com os rebeldes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Correa rechaçou as acusações e disse que suas mãos estão “limpas e sem sangue”, numa referência ao ataque realizado por tropas colombianas em território do Equador, que resultou na morte do vice-líder das Farc, Raúl Reyes, e detonou a pior crise da América do Sul nos últimos anos — que, além dos dois países, envolveu ainda Venezuela e Nicarágua. No fim da reunião, no entanto, os quatro presidentes selaram a paz simbólica com apertos de mão.

Durante o encontro, porém, o clima foi de guerra, com direito a discursos inflamados e agressões verbais. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, aproveitou a ocasião para anunciar que recebeu provas de vida de seis reféns das Farc.

— Chegaram às minhas mãos ontem (na quinta-feira) provas de vida de seis cidadãos colombianos reféns da guerrilha. São militares e policiais — disse Chávez.

Uribe e Correa se interromperam várias vezes - Após o encontro, quando Uribe, Correa, Chávez e o nicaraguense Daniel Ortega apertaram as mãos, o presidente venezuelano, cujas declarações inflamadas ajudaram a acirrar a crise, afirmou que “as águas voltam ao seu curso”.

Ele acrescentou esperar um incremento no comércio de seu país com a Colômbia.

Bastante nervosos, Uribe e Correa interromperam um ao outro várias vezes, obrigando ao anfitrião do encontro, o presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, a pedir que ambos respeitassem as respectivas intervenções.

— Aqui estão as cartas — disse Uribe, exibindo os documentos supostamente apreendidos nos computadores de Reyes e que revelariam a ligação do presidente equatoriano com a guerrilha.

Correa reagiu citando a morte de soldados equatoriana na luta contra a guerrilha, que é, segundo ele, um problema colombiano.

— Como é difícil acreditar em algo de alguém que mentiu tanto — disse Correa. — Suas mãos estão manchadas sangue. Jamais violamos a soberania da Colômbia. Queremos respostas contundentes a esta agressão.

O presidente da Colômbia reconheceu que não comunicou com antecedência a Correa sobre o ataque contra as Farc, considerado uma violação de território.

Ele justificou a decisão, afirmando que seu governo “não tem recebido apoio do Equador na luta contra o terrorismo”.

— Rechaço que o legítimo direito da Colômbia de combater uma organização terrorista seja apresentado como um massacre contra alguns anjos vestidos de pijama, sem

que se diga quantos fuzis haviam ali — disse Uribe. — A operação era contra um dos mais tenebrosos terroristas da Humanidade.

Uribe também argumentou que “desde 2004 ocorreram 40 ataques de dentro do território equatoriano” das Farc contra a Colômbia.

— Também se viola a soberania quando, a partir de outro país, um grupo terrorista ataca cidadãos do país vizinho — disse Uribe. — Nosso problema não é com os países, mas sim com os terroristas das Farc.

— Reconheça que (a Colômbia) não tinha nenhum direito de agredir o Equador e comprometa-se a não agredir mais um país vizinho e termine com essas falácias — respondeu Correa.

Uribe se compromete a não invadir o Equador Apesar das tensões na reunião do Grupo do Rio, Correa desenhou uma alternativa para pôr fim à crise diplomática, exigindo que os participantes do encontro condenassem a Colômbia e que Uribe se desculpasse pelo ataque, comprometendo-se a não voltar a invadir o Equador.

— Isto é uma emergência, uma emergência com as mais severas conseqüências se não agirmos a tempo — disse ele.

Ao fim da reunião, num momento emotivo, os presidentes dos quatro países concordaram amistosamente em dialogar e chegar a uma solução política.

— Com o compromisso de não agredir nunca mais um país irmão e o pedido de perdão, podemos dar por superado este gravíssimo incidente — disse Correa, dirigindo-se a Uribe, que se aproximou para saudá-lo, afirmando que aceitava porque é um homem sem egos e que assume suas responsabilidades.

Sob aplausos, o presidente colombiano se dirigiu então a Chávez, abraçou-o e estendeu sua mão a seu colega da Nicarágua, Daniel Ortega, depois de aceitar que as diferenças marítimas entre os dois países sejam discutidas no âmbito do Grupo do Rio.

Contrastando com a forte tensão do início do encontro, Chávez ainda ensaiou cantar um bolero.

Colômbia: 17% das exportações à Venezuela - Felipe Frisch e Juliana Rangel – O Globo – O Mundo – 08/03/2008

Numa mostra da gangorra diplomática em que se transformaram as relações entre Caracas e Bogotá, o governo venezuelano chegou a anunciar ontem a proibição de todas as importações da Colômbia, excetuando-se as de alimentos, horas antes de o presidente Hugo Chávez fazer as pazes com Alvaro Uribe e anunciar que esperava um aumento no comércio bilateral.

No Rio para a reunião anual do Instituto de Finanças Internacionais — que reúne instituições financeiras do mundo todo — o co-diretor do Banco de la República (o Banco Central da Colômbia), Carlos Gustavo Cano Sanz, disse que a Venezuela, atualmente, representa destino de 17,4% das exportações do país. Em 2007, houve um crescimento de 93% das exportações para o país vizinho, totalizando US\$ 5,2 bilhões.

Segundo ele, a Venezuela é um parceiro econômico importante, sobretudo porque substituiu parte da queda das exportações colombianas para os EUA, que recuaram 28% em vestuário, 25% em alimentos processados e 6% em produtos têxteis.

— Do total exportado para a Venezuela, 50% têm alto valor agregado. Temos muitas incertezas porque essa situação terá um grande impacto na economia da Colômbia se não for resolvida — disse ele, antes do acordo em Santo Domingo que selou a paz entre Chávez e Uribe.

Colombianos buscam alternativa comercial – Cristina Azevedo – O Globo – O Mundo – 06/03/2008

BOGOTÁ. Os empresários colombianos estão estudando um plano B, uma alternativa para o comércio com a Venezuela — uma tarefa nada fácil, já que o país vizinho é o segundo parceiro comercial da Colômbia, depois dos EUA. Líderes das principais associações empresariais do país se reuniram nos últimos dias com o presidente Alvaro Uribe e com os ministros de Fazenda, Relações Exteriores e Defesa para buscar alternativas.

—Há muito tempo trabalhamos com as ameaças de Hugo Chávez. Ele não vai nos destruir moralmente — disse, ao GLOBO, Eugenio Marulanda, presidente da Confederação de Câmaras de Comércio da Colômbia, a Confecâmaras.

— Não vamos nos intimidar.

Da reunião de terça-feira e de ontem saiu um comunicado, em que os líderes empresariais respaldam o governo na crise com os países vizinhos, ao mesmo tempo em que pedem alternativas para a economia do país.

Marulanda negou que haja pressão sobre o governo, dizendo que estão buscando uma atitude pró-ativa.

—Estamos estudando fórmulas, medidas de emergência.

Essas medidas incluem fomentar a demanda interna e buscar uma diversificação de mercados, principalmente com os países latino-americanos.

Equador também sente reflexos da crise O presidente da Confecâmaras, no entanto, desmentiu informações que circularam na véspera de que a fronteira venezuelana havia sido fechada.

Segundo ele, naquele dia foram exportados US\$ 4 milhões para o país vizinho. A notícia já havia sido desmentida mais cedo pelo ministro da Defesa venezuelano, general Gustavo Rangel.

Para o professor de Ciências Políticas da Universidade Nacional da Colômbia, Marco Romero, um agravamento da crise com a Venezuela pode afetar duramente a economia do país.

—A Venezuela pode piorar sua crise de abastecimento, mas depois vai comprar de outra nação. Perde mais a Colômbia.

Reflexos da crise também foram sentidos no Equador. O comércio entre Bogotá e Quito diminuiu entre 30% e 40%, segundo fontes oficiais, após o conflito diplomático. Antes de sair a decisão da OEA, as câmaras da produção e exportadores equatorianos disseram que havia "incertezas" em relação a uma possível crise no comércio bilateral.

Condoleezza tratará de crise com Lula amanhã – O Globo – O País – 12/03/2008

Confronto entre Equador, Colômbia e Venezuela será tema BRASÍLIA. O cenário político na América Latina será um dos principais temas da conversa que a secretária de Estado americana, Condoleezza Rice, terá amanhã com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chanceler Celso Amorim. Quando a vinda de Condoleezza foi agendada, há um mês, o assunto principal era o processo de paz na Palestina, tendo em vista a viagem que Amorim fez a diversos países do Oriente Médio. Mas o último embate envolvendo Equador, Venezuela e Colômbia acabou ganhando prioridade.

A vinda de Condoleezza ocorrerá apenas quatro dias antes da apresentação do relatório final, em Washington, da comissão criada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), encarregada de apurar os fatos que desencadearam a crise entre colombianos e equatorianos.

Os Estados Unidos também estão particularmente interessados no resultado da viagem de Amorim ao Oriente Médio.

O ministro das Relações Exteriores esteve na Arábia Saudita, na Síria, na Jordânia, na Palestina e em Israel há três semanas.

UE quer fim de subsídio a etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/03/2008

A Comissão Européia vai propor o fim de grande parte dos subsídios à produção do etanol. Ontem, a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, anunciou que enviará aos 27 países do bloco uma proposta para acabar com a ajuda de 45 por hectare plantado. Na avaliação da comissária, o etanol é parte da solução energética da Europa, e as acusações de que o biocombustível estaria provocando a alta dos preços dos alimentos não são corretas.

“É injusto transformar o biocombustível em bode expiatório para os movimentos extremos nos mercados (de commodities)”, alertou Fischer Boel. “Não haverá volta atrás”, garantiu, em relação ao uso do biocombustível na Europa.

Fischer Boel deixou claro que a UE sabe que o etanol é uma solução polêmica, já que os críticos apontam os efeitos negativos na produção de alimentos e questionam a validade ambiental do combustível. “O etanol não é uma varinha mágica que solucionará todos nossos problemas. Mas é um instrumento importante para nossa política energética e será usado sempre que possível.”

Há cerca de dois anos, a UE anunciou a opção do etanol como solução para vários de seus problemas. Nos últimos meses, o debate se transformou em questionamento. Agora, Bruxelas toma uma posição mais realista do potencial do etanol. O biocombustível faz parte da estratégia da UE de reduzir em 20% até 2020 os níveis de emissão de CO₂. Até lá, 10% da frota de veículos precisará ter motores que aceitem etanol.

“Biocombustíveis são uma arma importante na luta contra mudanças climáticas”, disse Fischer Boel, lembrando que os transportes já respondem por um quinto das emissões,

e essa proporção continua em alta. “O uso de mais etanol pode recolocar as emissões sob controle.”

Para a UE, outro motivo estratégico para o uso do etanol é acabar com a dependência na importação do petróleo. “Biocombustíveis são uma política de seguro contra nossos futuros problemas de abastecimento”, afirmou a comissária. Segundo ela, 98% do petróleo na UE é importante. “Teremos um problema sério quando as torneiras fecharem um dia e o biocombustível é parte da resposta a isso”, alertou.

Brasil, EUA e UE fecham pré-acordo para salvar Doha - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/03/2008

Entendimento foi obtido em reunião realizada em Londres, mas pode ser questionado por outros países

Brasil, Estados Unidos e União Européia chegaram a um pré-acordo de como ocorrerá a liberalização de produtos industrializados na Organização Mundial do Comércio (OMC). O entendimento foi obtido nos últimos dois dias, numa reunião sigilosa em Londres. Por enquanto, a convergência de posições não significa o fim dos impasses, mas a aposta de negociadores é de que pode ser o começo de uma solução. No setor agrícola, o entendimento é de que as negociações sobre a abertura para produtos-chaves vão começar pelo açúcar, item fundamental para o Brasil.

Cautelosos, representantes do Brasil e da UE se negam a comentar o assunto, alegando que ainda não há nada fechado. Na OMC, o diretor da entidade, Pascal Lamy, mantinha também seu tom de cautela, ainda que não negasse a informação.

Em Genebra, negociadores esperavam com ansiedade o anúncio do entendimento, possivelmente para hoje. Na avaliação de experientes diplomatas, uma confirmação da convergência de posições em Londres pode significar o início de uma reviravolta no processo que já dura sete anos e está numa fase crítica. Os países ricos insistem que, sem um acordo de abertura em produtos industriais, não haveria como cortar tarifas agrícolas ou reduzir subsídios.

Em Londres, os negociadores chegaram a um entendimento sobre o grau de cortes que cada país teria de fazer no setor industrial. O Itamaraty conseguiu garantir, porém, que, quanto maior for o corte exigido, maior será o número de produtos sob um sistema especial de proteção. Já Bruxelas e Washington teriam a garantia de que o corte significaria uma abertura real aos mercados.

A idéia do Mercosul é de que 16% das linhas tarifárias sejam preservadas no setor industrial, evitando uma liberalização excessiva que possa provocar desemprego. Mas a realidade é que o corte das tarifas poderá ser superior a 55%. Um corte abaixo de 50%

poderia ocorrer. Mas nesse caso nenhum setor ganharia o status de produto sensível e teria também de sofrer cortes.

A suspeita em Genebra é de que, para conceder isso, o Brasil teria recebido indicações de ganhos em outras áreas. Segundo o acordo, os governos estipularam que os produtos agrícolas mais sensíveis seriam alvo de negociação paralela. Cada um deles seria tratado caso a caso, como carnes, açúcar, leite, cereais, soja ou café. Na lista de prioridades, o primeiro é o açúcar. Mas diplomatas admitem que esse processo pode levar semanas.

O pré-acordo, porém, promete ser polêmico. O primeiro problema é o fato de que nem Argentina ou China estavam na reunião. “Não sei de nada sobre isso”, disse Alberto Dumont, embaixador argentino em Genebra. Outros países latino-americanos temem que a falta de transparência contamine o processo de entendimento. Outro problema é que, pela primeira vez em anos, a Índia não foi convidada e o governo indiano não escondeu a irritação.

O acordo é tão delicado que ninguém se atrevia a falar. O embaixador brasileiro na OMC, Clodoaldo Huguene, se negou a confirmá-lo. Para Peter Power, porta-voz da União Européia, são “negociações em andamento”. Mas em Genebra diplomatas revelaram que a UE reuniu os 27 países do bloco para explicar o acordo.

Acordo na OMC seria bom para o Brasil - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/03/2008

Uma reunião entre ministros de Comércio, em maio, poderá ser a última chance para se chegar a um acordo, ainda este ano, na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Faço parte do time que torce pelo fechamento do acordo, embora, neste momento, a probabilidade de ele sair seja menor do que seu adiamento. Para o Brasil o adiamento não é uma boa solução.

Sem julgar as escolhas feitas pelo governo, o fato é que a negociação multilateral da OMC emperrou a política comercial do Brasil. O governo atual deixou claro que as ações de política comercial com foco em acordos bilaterais só terão vez quando a negociação da OMC acabar. Não fechar um acordo nos próximos meses significa adiar, no mínimo, até o final do mandato do presidente Lula, ações mais agressivas em negociações bilaterais.

Os defensores do adiamento se apegam à negociação de produtos industriais. O argumento é que a redução das tarifas vai trazer prejuízos para certos setores da indústria brasileira. Perdas para certos setores acontecem em negociações internacionais. No entanto, desde que o balanço de ganhos para sociedade brasileira seja positivo e equilibrado, maior competição internacional em certos setores não é razão suficiente para trabalharmos pelo adiamento do acordo.

Uma das formas de avaliar se a negociação está equilibrada é comparar os resultados em agricultura, setor em que o Brasil é ganhador líquido, e em produtos industriais, em que estão os poucos setores defensivos e os não dispostos a ver seu mercado ameaçado por novos competidores. Aqui, mais uma vez, não há razões para buscarmos um adiamento na conclusão da rodada.

Mesmo reconhecendo que o chamado “nível de ambição” - que no jargão dos diplomatas significa a profundidade da abertura comercial - da negociação agrícola foi reduzido de forma significativa, o acordo ainda trará ganhos importantes para o comércio agrícola mundial e para o setor agrícola brasileiro. Paralelamente, e é preciso reconhecer que o Itamaraty está atuando muito bem nesse campo, o nível de ambição da negociação de abertura dos produtos industriais também já foi reduzido significativamente. Isso quer dizer que as concessões na indústria, assumindo argumento de que uma maior abertura não é necessariamente boa para certos setores, serão condizentes com os ganhos agrícolas.

Um acordo balanceado entre agricultura e indústria é apenas uma das razões que me colocam no time dos torcedores pelo acordo. Há razões relacionadas ao mercado de produtos agrícolas que são ainda mais importantes. A negociação agrícola está baseada em dois pilares: aperfeiçoamento das disciplinas e abertura de mercados. Os mais importantes ganhos dessa rodada virão no aperfeiçoamento das disciplinas.

Aperfeiçoar as disciplinas significa reduzir a liberdade dos países de usarem subsídios que afetam negativamente o comércio mundial, provocando queda nos preços ou deslocando exportadores. Distorções dessa natureza são regra nos produtos agrícolas. A União Européia ainda exporta carnes de frango e bovina fazendo uso de subsídios às exportações. A Índia dá subsídios às exportações de seus produtores de açúcar. Um acordo na Rodada de Doha levará à eliminação desse tipo de subsídios.

Políticas internas também distorcem o mercado mundial. Os campeões nesse assunto são os EUA, que garantem um certo nível de preço aos seus produtores quando os preços mundiais estão muito baixos. Um produtor de soja norte-americano não precisa se preocupar com os preços porque, quando a soja está cotada abaixo de US\$ 230/tonelada, o governo garante o equivalente a esse valor ao produtor. É claro que nestes tempos de soja com preços acima de US\$ 400/tonelada tendemos a esquecer que entre 1999 e 2002, quando os preços estavam muito baixos, a área plantada nos EUA crescia, derrubando ainda mais os preços.

Infelizmente, a Rodada de Doha ainda não trará a boa notícia da eliminação desse tipo de subsídio, mas criará uma importante disciplina: um teto por produto. Em 2000, ano recorde de subsídios para soja nos EUA, enquanto os preços mundiais estavam em US\$ 180/tonelada, os produtores norte-americanos chegaram a receber mais de US\$ 230/tonelada, ou seja, US\$ 50 em subsídios. Após a rodada, o valor máximo será de US\$ 25. No caso do algodão, o teto por produto vai praticamente eliminar os subsídios. É por causa do algodão que os EUA têm afirmado que não é preciso ter pressa para fechar a rodada.

É no pilar de acesso a mercados que o nível de ambição está mais comprometido. Diversos produtos terão suas tarifas reduzidas por cortes muito baixos, porque serão selecionados como itens sensíveis. Nesses produtos, a abertura de mercado se dará por meio de cotas, o que interessa pouco ao Brasil. Esse é o nosso contencioso com os europeus, que relutam em aumentar suas cotas de carnes (bovina, suína e de aves), mesmo sabendo que a produção doméstica está caindo. Não devemos esquecer que parte dos produtos industriais também pode ser selecionada como sensível. Neste caso, um país em desenvolvimento pode isentar de redução até 10% do número total de tarifas.

Do lado dos países em desenvolvimento, nossa maior preocupação é com o novo mecanismo de salvaguardas. Brasil e outros exportadores cometeram o deslize de aceitar, no lançamento da rodada, em 2001, a criação dessas salvaguardas. O objetivo agora é garantir que elas não acarretem aumento do nível de proteção. Garantido isso, teremos conseguido administrar o erro cometido lá atrás.

Se temos menos a ganhar do que o esperado em agricultura, temos pouco a perder na indústria. Adiar a conclusão da rodada vai ajudar os países que querem reduzir ainda mais o seu nível de ambição. Destruir a agenda comercial brasileira e pôr em prática novas disciplinas sobre subsídios são razões suficientes para se fechar um acordo ainda este ano.

André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br

A OEA cumpre seu papel – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/03/2008

Na América do Sul, somente o Brasil não tem questões de limites com seus vizinhos. Todos os outros países da região têm disputas fronteiriças, algumas delas resultantes de guerras cruentas que são constantemente lembradas. Compreende-se, portanto, que, mais do que em qualquer outra parte do mundo, aqui a inviolabilidade das fronteiras seja um preceito intocável. Afinal, qualquer precedente pode servir de pretexto para um litigante avançar sobre uma área em disputa - e são tantas que a região logo estaria conflagrada.

A resolução da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a crise entre o Equador e a Colômbia, como não poderia deixar de ser, foi norteada por essa preocupação. Forças militares da Colômbia, afinal, invadiram o território equatoriano para destruir um acampamento das Farc, que os narcoguerrilheiros usavam como base não só para suas operações de natureza política, mas também para atacar alvos na Colômbia.

O governo de Álvaro Uribe não podia escapar politicamente ileso dessa transgressão da lei internacional. Mas também não havia por que o organismo regional condená-lo

severamente, abrindo caminho até para sanções políticas e econômicas contra a Colômbia. Como bem lembrou o chanceler Celso Amorim, no caso não podia ser invocado o princípio da legítima defesa, porque o presidente Álvaro Uribe, na reunião do Grupo do Rio, já havia apresentado ao presidente Rafael Correa um amplo pedido de desculpas - e ninguém pede desculpa por ter-se defendido legitimamente. Mas também todos sabiam que o território do Equador vem sendo usado como refúgio para as Farc, que estão sofrendo sucessivas derrotas militares nas selvas colombianas.

Diante desses fatos, a diplomacia cumpriu o seu papel. A OEA “repudiou” - mas não “condenou” - a incursão das forças militares colombianas no território do Equador e, com isso, manteve-se intacto o princípio da inviolabilidade das fronteiras. E todos os países membros - o que inclui o Equador e a Venezuela - assumiram o compromisso de “combater as ameaças da segurança provenientes da ação de grupos irregulares ou organizações de criminalidade, especialmente as vinculadas a atividades do tráfico de drogas”.

O secretário-geral da OEA ficou encarregado de implementar mecanismos de observação do cumprimento da resolução e de estabelecer mecanismos de construção da confiança entre Colômbia e Equador - e assim desarmou-se uma crise diplomática bilateral que a intromissão indevida do coronel Hugo Chávez quase transformou num conflito armado.

Mas as causas do dissídio continuam intocadas. Enquanto as Farc utilizarem à vontade os territórios do Equador e da Venezuela como santuários e bases de abastecimento e recrutamento, sempre haverá a possibilidade de um conflito entre Estados.

A secretária de Estado Condoleezza Rice, quando esteve no Brasil, na semana passada, sugeriu uma solução para o problema, mas foi mal-entendida. Em nenhum momento ela propôs a “flexibilização” do conceito de fronteira, como interpretaram alguns observadores. O que ela disse com todas as letras é que os países da região, especialmente os afetados pela ação das Farc, deveriam examinar a possibilidade de criar um sistema de cooperação para evitar que as zonas de fronteira sejam usadas por grupos de delinquentes. E citou, como exemplos bem-sucedidos que levaram à redução dos delitos transfronteiriços, os casos da Europa, principalmente a cooperação entre Espanha e França para coibir a ação da ETA, e dos países do Sudeste Asiático. Um bom esquema de troca de informações e de patrulhamento na zona limítrofe pode coibir a ação dos grupos criminosos e evitar que eles se transformem em fator de instabilidade regional.

Esse tipo de cooperação não fere as leis internacionais. Ao contrário. A Convenção Interamericana contra o Terrorismo, de 2002, por exemplo, prevê a cooperação nas áreas fronteiriças, no combate àquele tipo de delito. E pelo menos três resoluções recentes da ONU deixam claro que a nenhum país é lícito dar abrigo ou admitir em seu território forças irregulares que ataquem terceiros países.

As Farc já tiveram oportunidades para se integrar à vida política normal da Colômbia e preferiram continuar matando, seqüestrando e traficando. Trata-se de um bando terrorista e é assim que deve ser tratado.

Mercosul e UE podem retomar negociações - Cristiane Perini Lucchesi – Valor Econômico – Brasil - 19/03/2008

As negociações para a criação de um acordo bilateral entre o Mercosul e a União Européia poderão ser retomadas em Lima, em encontro ministerial no dia 16 de maio. Essa é a expectativa de Fabian Delcros, conselheiro e chefe da seção para assuntos comerciais da União Européia, e de Evandro Didonet, diretor do Departamento de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores. Os dois participaram em seminário sobre o euro, ontem, em São Paulo.

"Temos interesse em chegar a um acordo com o Mercosul e vamos relançar o debate em Lima", disse o representante da UE. Ele disse que com a crise atual, a garantia de acesso a mercados de commodities de grande tamanho, como da zona do euro, é fundamental ao Brasil. Ele disse estar pessimista com as rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ele acrescentou que o debate com o Mercosul pode fluir se o Brasil realmente mostrar sua liderança. Outra condição para o debate é que fique claro que a UE não pode fazer tantas concessões em um acordo bilateral quando faria em um acordo mais amplo, multilateral. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro, disse que a vontade da indústria é que um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia seja fechado o quanto antes, para criar um ambiente mais propício aos negócios.

A soberania é sagrada nas Américas – José Meirelles Passos – Entrevista com José Miguel Insulza - O Globo – economia – 20/03/03/2008

WASHINGTON. Dois dias depois de a Organização dos Estados Americanos (OEA) repudiar a invasão do Equador pela Colômbia num ataque às Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o secretário-geral daquela instituição, José Miguel Insulza, disse ontem que "a tentação de ir resolver problemas no território de outro é muito grande, e sempre vai existir", mas que ações desse tipo não serão mais toleradas. Segundo ele, a alegação de legítima defesa feita pela Colômbia, com o endosso dos EUA, não faz sentido. Numa entrevista exclusiva ao GLOBO, durante um café da manhã com outros quatro jornais do GDA (Grupo de Diários América: "La Nación", de Buenos Aires; "El País", de Montevideú; "El Mercurio", de Santiago; e "El Comercio", de Quito), ele deixou claro que o repúdio à ação colombiana foi alimentado pelo temor de outros países de sofrerem invasões semelhantes.

Correspondente

O GLOBO: Aprovou-se uma resolução por consenso na OEA mas, no final, os EUA pediram a palavra para dizer: "Concordamos, mas não estamos de acordo" (alegando que a OEA não levou em consideração o direito de legítima defesa da Colômbia ao invadir o Equador). O que significa isso, na prática?

JOSÉ MIGUEL INSULZA: Efetivamente, o artigo 22 (da Carta da OEA) consagra a legítima defesa. Mas a interpretação que sempre foi dada é que as condições de legítima defesa existem quando um país ataca o outro e, nesse caso, o país atacado tem o

direito de se defender. Quando um invade o território de outro não tem o direito de se queixar depois, não? Não procede a legítima defesa como conceito, no direito interamericano, quando um país é atacado para se perseguir um grupo irregular. É preciso pedir autorização do outro governo para isso. Esse é um princípio sagrado nas Américas há muitos anos. Além disso, o presidente (Alvaro) Uribe pediu desculpas pela ação.

Portanto, ou se trata de legítima defesa ou se pede desculpas. Porque quando se age em legítima defesa não há razão alguma para se pedir desculpas.

Que medidas podem ser tomadas para restabelecer a confiança entre Quito e Bogotá? **INSULZA:** Primeiro, instalar uma missão. Ou seja, alguém tem que estar lá, não sei exatamente onde. Um grupo que esteja em contato, um num país e outro no outro, com os organismos do Executivo e das Forças Armadas de ambos. Instalar uma comissão no próprio terreno (de fronteira) não é fácil, pois ele se estende por centenas de quilômetros.

Ainda não tenho muito claro onde instalar essa gente.

No momento de falar sobre narcotráfico e grupos irregulares, todos os países estão de acordo em não permitir isso na região. Mas na hora de buscar medidas concretas alguns arranjam desculpas para não fazer nada. Como mudar isso?

INSULZA: É que se trata de um problema de soberania interna, baseado na história desse continente onde quatro dos dez maiores países do mundo, em termos de dimensão, convivem com países de tamanho reduzidíssimo. A tentação de ir resolver problemas no território de outro naturalmente é muito grande. Isso sempre vai existir. Então por isso é preciso ser cuidadoso. Você não pode imaginar a quantidade de ministros e embaixadores que me disseram “nós vamos brigar por isso (o repúdio) até a morte, porque amanhã isso (sofrer uma invasão) pode acontecer conosco”. Eles me perguntavam: “E se isso acontece comigo, quem vai me defender?” Há países que encaram o assunto de segurança de maneira mais estrita, mas todos compartilhamos desse problema, e esse sistema interamericano que existe, que funciona, não se mantém sem normas básicas.

Os EUA têm insistido muito no tema do terrorismo na região, na necessidade de os países classificarem as Farc como grupo terrorista. O que há sobre isso no contexto da OEA? **INSULZA:** Temos o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo. Me parece que os outros países não vão classificar as Farc como terroristas. Na OEA não há essa classificação. Existe a Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, e ela se refere a atos terroristas praticados por alguém, como por exemplo fazer reféns, cometer atentados contra autoridades públicas. Mas nós não classificamos grupos.

OMC faz nova tentativa para fechar Doha antes das eleições nos EUA - Assis Moreira
– Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008

O embaixador Roberto Azevedo, subsecretário-geral de assuntos econômicos do Itamaraty e principal negociador comercial do Brasil, perdeu a conta das viagens e articulações para reativar a Rodada Doha nos últimos tempos. Mas agora começa a ver uma "nesga de luz" para os países tentarem fechar um acordo agrícola e industrial, no mês que vem, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A tendência é de um acordo ser estruturado na área industrial, por exemplo, como um "cardápio, onde cada um escolhe seu prato", com a abertura do mercado adaptada a sua estrutura tarifária. Definido o tamanho dos cortes de tarifas e de subsídios, prazos para implementação dos compromissos, flexibilidades e exceções, os países partiriam para o calendário sobre cada alíquota no segundo semestre, além de tentar concluir os outros temas - serviços, regras (antidumping, subsídios), indicações geográficas, propriedade intelectual (Trips e biodiversidade).

Para Azevedo, se houver um acordo, o Brasil ganhará na negociação agrícola mais fatias para carnes, açúcar, soja, algodão, milho e outras commodities. Na área industrial, de um lado terá de fazer cortes em quase metade das tarifas de importação aplicadas, "mas cortes modestos e que podem ser absorvidos". De outro, terá flexibilidade adicional para proteger setores sensíveis, como automotivo, calçados, brinquedos e têxteis.

Em Genebra, persiste muita prudência. De um lado, por causa dos repetidos fiascos da negociação. Depois, os governos estão concentrados na crise financeira global. E as resistências continuam fortes em vários países. Os franceses aumentam o tom, contrariados com concessões que a União Européia (UE) estaria disposta a fazer para fechar um acordo.

Azevedo reconhece esse cenário, mas aponta duas mudanças na negociação desde fevereiro. Diz que "pela primeira vez" os EUA se comportam como quem quer encontrar um acordo em abril, para concluir a rodada antes que o presidente Bush deixe a Casa Branca, em janeiro de 2009. "Desde julho do ano passado era só discurso, mas agora o interesse americano é perceptível na mesa negociadora, apesar de ter seus limites", afirma.

Além disso, cresce o sentimento entre outros parceiros de que "estamos muito mais perto da hora da verdade". Há interesse em não deixar a rodada para mais tarde, e não correr o risco de um novo governo dos EUA tentar reabrir barganhas já negociadas. "Ao contrário da percepção popular, está havendo uma enxurrada de atividades entre os principais países para concluir um acordo", constata Martin Khor, um dos principais opositores da negociação global.

As delegações se concentraram, nas últimas semanas, em barganhas envolvendo duas questões prioritárias imediatas: a expansão de cotas agrícolas para produtos considerados sensíveis, e flexibilidades para os emergentes protegerem suas indústrias. Haverá cerca de 40 produtos agrícolas sensíveis. O corte tarifário desses produtos será apenas um terço do previsto pela fórmula que for aprovada. Se a redução na alíquota para carne bovina na UE for de 70%, sua redução fica em 23,3% como sensível. Mas a UE terá de compensar o exportador com cota (determinada quantidade com tarifa menor) ao produto.

A expansão da cota deve ser entre 4% a 6% do consumo doméstico do importador. A briga é como calcular essa expansão. Azevedo ilustra a dificuldade com o açúcar. A UE consome 17,4 milhões de toneladas por ano. Ocorre que o açúcar tem dezenas de linhas tarifárias - tem açúcar de cana, da beterraba, açúcar com cor, misturado com cacau, de

confeitaria etc. Japão e Suíça, sobretudo, querem contabilizar só algumas linhas tarifárias. Alegam que açúcar usado em produto para exportação deve ficar fora do cálculo. Assim, a expansão da cota na UE seria calculada apenas pela metade das 17,4 milhões de toneladas. Para o Brasil, isso não tem o menor sentido.

O resultado é que cada produto sensível terá sua regra para a expansão da cota. Os países tentam definir o que é o produto básico, depois as linhas tarifárias de açúcar processado. Só então decidirão até onde o produto passou a ser chocolate, biscoito, alimentação para bebês. O cálculo pode ter impacto de milhões de dólares nos negócios. E se repete em todos os produtos.

Na área industrial, Azevedo nota que EUA e UE, durante meses, se recusaram a discutir flexibilidades adicionais para o Mercosul. Só quando o mediador industrial, Don Stephenson, apresentou novo texto industrial, com várias opções de cortes e flexibilidades adicionais para proteção industrial, por exigência dos emergentes, é que os americanos e europeus finalmente se dispuseram a negociar.

Na estrutura de "cardápio", o Brasil vai optar por mais linhas tarifárias protegidas. Isso implica corte cheio nas alíquotas em geral, mas apenas 50% desse corte para um maior número de setores industriais. Se o corte for de 50% para os produtos em geral, o país reduz em 25% em automotivo, calçados, brinquedos, têxteis etc.

A Índia tem posição diferente e vai optar por não fazer corte nenhum em 5% de suas tarifas industriais. O México, que faz 80% de seu comércio com um só país, os EUA, prefere outra combinação. Não quer flexibilidade adicional, e não ter de arbitrar quais indústrias se beneficiariam com a proteção. Prefere cortar menos em geral, e toda a indústria vai pagar igual a fatura da abertura. "O certo é que sem barganha entre indústria e agricultura, não podemos assumir maior esforço", reiterou Azevedo. Ele reuniu representantes do agronegócio e da indústria, na semana passada, em Brasília, e diz que a conclusão foi positiva.

Se houver entendimentos nos textos industrial e agrícola revisados no começo de abril, e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, considerar que os textos tem apoio suficiente dos países, convocará ministros para a barganha final em meados do mês. Os ministros deverão permanecer em Genebra uma semana, pelo menos, na tentativa de evitar o fiasco total da rodada.

Lula demonstra otimismo com negociações - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que almoçou ontem com o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, acredita numa solução breve para o impasse diplomático entre Brasil e Espanha. Turistas brasileiros foram barrados quando tentavam entrar em território espanhol, o que gerou uma reação recíproca nos aeroportos do Brasil. Lula lembrou que o presidente da Comissão Européia ajudou o Brasil quando problema semelhante aconteceu em relação a Portugal - Durão Barroso é ex-presidente português.

"Agora, temos de tratar diretamente com a Espanha, que é onde o problema está mais grave", afirmou o presidente brasileiro. Lula disse ter certeza de que Espanha e Brasil nutrem uma admiração recíproca e destacou, ainda, a relação próxima com o primeiro-

ministro espanhol, José Luís Zapatero. "Somos amigos pessoais do Zapatero, eu acho que essas coisas serão resolvidas logo, logo", disse Lula.

Tanto Durão Barroso quanto Lula reforçaram as expectativas de que a Rodada Doha possa ser, finalmente, destravada. Para o presidente da Comissão Europeia, a economia internacional - especialmente Europa e Estados Unidos, que sofrem os efeitos da crise dos créditos subprime - está carente de boas notícias. "Se fecharmos a Rodada Doha, isso será uma excelente notícia", acredita ele.

Lula ressaltou que as conversas bilaterais entre o Brasil e a União Europeia, especialmente com o objetivo de fortalecer o Mercosul, são muito importantes para o governo brasileiro. Quanto à Rodada Doha, o presidente reconhece que os vários interesses em jogo acabam dificultando ainda mais o êxito das negociações.

"Mas todos nós somos calejados e aprendemos que os grandes acordos são demorados, porque tem coisas delicadas que envolvem decisões de muita gente", afirmou o presidente. Lula segue acreditando na boa vontade dos Estados Unidos, da União Europeia e do G-20. "Não se espantem se logo, logo, a gente tiver um acordo na Rodada Doha, o que será muito bom para todo mundo."

Durão elogiou o Brasil, afirmando que, durante muitos anos, o país foi "apresentado como uma grande esperança e, hoje, é uma grande certeza". Ele acredita que o Brasil e União Europeia, além de poderem aprofundar o diálogo sobre questões de interesse comum, podem também, no plano mais global, dar uma contribuição para resolver problemas mundiais.

"Hoje, nenhum país do mundo consegue, sozinho, dar resposta aos problemas globais. Mas se nos juntarmos - Brasil e União Europeia partilham dos mesmos valores, como solidariedade, paz e justiça - podemos fazer grandes coisas", afirmou o presidente da Comissão Europeia.

Entre essas soluções para crises mundiais, Durão citou o debate necessário para um regime pós-Protocolo de Kyoto, realçando o papel de liderança do Brasil na questão dos biocombustíveis. "Estamos trabalhando juntos para garantir que os biocombustíveis sejam sustentáveis e bons para o meio ambiente, para reduzir emissão de gases e garantir a qualidade de vida no nosso planeta, pois não temos nenhum outro planeta para viver", disse Durão.

Lições de uma guerra abortada - Ricardo Vélez Rodríguez – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/03/2008

O clima sul-americano esteve quente nas últimas semanas, em decorrência do bombardeio, pela Força Aérea colombiana, do acampamento das Farc na zona limítrofe do Equador com a Colômbia. Tratava-se de um posto avançado das Farc, dotado de todos os serviços. A morte do comandante Raúl Reyes era o objetivo colimado pelos atacantes. Os dados encontrados nos computadores em poder dos guerrilheiros revelam, de entrada, as vinculações inegáveis entre os meliantes e os governos dos presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Rafael Correa, do Equador, justamente os que mais bravatas protagonizaram logo após o falecimento do mencionado guerrilheiro, a quem Chávez deu o estatuto de herói.

Algumas lições devem ser tiradas dos fatos ocorridos.

Em primeiro lugar, que é legítimo o esforço do presidente Álvaro Uribe na sua luta contra os guerrilheiros das Farc. A Colômbia invadiu o território equatoriano? Sim, mas para preservar a integridade do Estado, seriamente ameaçado pela guerrilha de narcotraficantes. Do ponto de vista das relações internacionais, aos colombianos assiste a Resolução 1.376 da Organização das Nações Unidas, de 2001, que proíbe aos países membros abrigar no seu território grupos terroristas, financiá-los ou fornecer-lhes armamento. Ora, o Equador repetidas vezes havia feito vista grossa aos alertas do governo de Bogotá que indicavam a presença de guerrilheiros das Farc nesse país. A invasão de dois quilômetros em território equatoriano soa, assim, como ato de legítima defesa, praticado pelas Forças Armadas colombianas. Os documentos apreendidos mostraram que havia contatos freqüentes entre Raúl Reyes, o governo equatoriano e o presidente Chávez.

Segunda lição: ficou claro de que lado estão o presidente Chávez e o seu seguidor, o presidente equatoriano. Eles se alinharam em favor dos fora-da-lei ao tomarem as dores das Farc, exigindo, inclusive, da comunidade internacional o reconhecimento desses terroristas como grupo beligerante. O que eram apenas indícios levantados por jornalistas, no sentido de que Chávez dava abrigo, na Venezuela, aos grupos guerrilheiros colombianos, permitindo-lhes acesso a serviços médicos essenciais, a materiais de intendência e armamentos, ficou confirmado nos documentos apreendidos no acampamento das Farc. O presidente venezuelano deverá explicar, agora, à comunidade internacional a “ajuda” de US\$ 300 milhões concedida à guerrilha colombiana. Deverá dar explicações, outrossim, acerca da notícia, que foi divulgada por alguns jornalistas, de que as Farc colaboram com o líder venezuelano no treinamento das milícias revolucionárias “bolivarianas”. Explicações deverão ser dadas, de outro lado, pelo presidente Correa, do Equador, no relativo ao abrigo dado aos meliantes das Farc. É reprovável a farsa em torno dos direitos humanos dos seqüestrados pelas Farc, protagonizada por Chávez e por Correa, os quais chegaram a negociar com a vida das vítimas para obter dividendos políticos.

Terceira lição: o governo brasileiro deve revisar com urgência a sua posição favorável às Farc, ao não arrolá-las como grupo terrorista e ao ficar simplesmente censurando o governo da Colômbia pelo fato de se defender. Se o Brasil pretende assumir um papel de mediador na América Latina, deve fazer esforços concretos em prol de manter clara uma posição equilibrada. O populismo é mau conselheiro nas relações internacionais, seja lá pelas razões que se aleguem. O governo Lula fica cheio de dedos quando se trata de condenar alguém do famigerado Foro de São Paulo, simplesmente por simpatias ideológicas, que de forma alguma devem pautar a nossa política externa. Felizmente, no caso da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo do Rio, ficou do lado de fora o “chanceler ad hoc” petista, Marco Aurélio Garcia, cujas declarações à imprensa internacional comprometeram a sensatez que deveria prevalecer no alto governo, ao se mostrar simpático às Farc, pondo em risco a idoneidade do governo brasileiro para lidar com assuntos ligados ao combate contra o terrorismo.

Quarta lição: ficou claro que a Colômbia está conseguindo vencer os terroristas, preservando o Estado de Direito e as garantias constitucionais, graças, sobretudo, à sensata política de “segurança democrática” desenvolvida pelo presidente Uribe e, também, em

decorrência das reformas efetivadas nas Forças Armadas e na polícia. Hoje, elas são as mais preparadas do continente na luta antiguerrilheira. É uma organização moderna de 208 mil homens (sendo 136 mil do Exército, 15 mil da Marinha, 7 mil da Força Aérea e 50 mil da Polícia Nacional), que desenvolve uma luta sem quartel contra os inimigos da democracia. Está-se tornando realidade o que o estudioso Alfredo Rangel dizia há algum tempo: as Farc deverão acolher-se às negociações de paz, nos termos fixados pelo Estado colombiano, que contemplam a submissão à Justiça de todos aqueles que tiverem praticado crimes de lesa-humanidade e abrem espaço para a desmobilização pacífica dos demais membros das organizações subversivas.

Que as Farc estão chegando ao fim da linha, disso não resta dúvida, a julgar pelo desespero que assola os que, do exterior, dão apoio militar a esses facínoras - que o digam as bravatas de Chávez e Correa, em dias passados; e que o digam, também, os apavorados chefes de segurança dos líderes da narcoguerrilha, que começaram já a entregar os seus comandantes, a fim de salvar a própria pele e ganhar as milionárias recompensas que o governo de Uribe oferece aos que facilitem a captura, vivos ou mortos, dos capi di tutti capi das Farc.

Ricardo Vélez Rodríguez, coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da Universidade Federal de Juiz de Fora, é membro do

Olhar parcial – O Globo – Opinião – 21/03/2008

Uma autoridade brasileira voltou a dar mostras de parcialidade em relação à recente crise na América do Sul. O assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, disse, em entrevista à BBC, que as Farc são um problema interno da Colômbia. Em que pese a satisfatória resolução da crise em reuniões do Grupo do Rio e da OEA, o que ela demonstrou foi justamente que o problema extrapolou as fronteiras colombianas. Primeiro, porque Hugo Chávez, da Venezuela, mantém intenso relacionamento com os narcoguerrilheiros, com vantagens políticas mútuas.

Depois, porque o Equador abrigava, próximo à fronteira colombiana, uma base das Farc, onde as forças colombianas mataram Raúl Reyes, o número dois da narcoguerrilha.

A reação imediata do Brasil à incursão colombiana no Equador — episódio que desfechou a crise — foi de condenação a Bogotá por violação do princípio da soberania territorial. Não poderia ser de outra forma.

Mas Brasília demonstrou preocupante passividade diante da ingerência venezuelana nos assuntos colombianos, via apoio às Farc, e sobre as relações entre a guerrilha e o governo do Equador, o que inclui a base atacada pelas forças colombianas.

Por timidez ou simpatias ideológicas, o governo brasileiro acabou reforçando uma corrente que trabalhou pelo isolamento diplomático do governo do presidente Alvaro Uribe, o que é inaceitável. Com isso, o país perdeu uma excelente oportunidade de se expressar como um líder legítimo e confiável da América do Sul, colocando-se acima dos interesses diretamente envolvidos no incidente para atuar como um verdadeiro mediador e promotor de consensos, o que é da tradição da diplomacia brasileira.

Nesse episódio, como em outros ocorridos recentemente, o Brasil ficou ao sabor de ventos políticos de duvidosa legitimidade que sopram na América do Sul.

Claramente, são projetos que não se coadunam com a evolução democrática experimentada pela região nas últimas décadas e, menos ainda, com os interesses estratégicos do país, quais sejam os de uma integração que eleve o peso político e econômico da região e dos países que a compõem.

Brasil pede que os EUA fiquem longe de conselho - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Nacional – 22/03/2008

Jobim afirma a secretário que iniciativa encabeçada pelos brasileiros é exclusivamente sul-americana

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse ontem ao secretário de Defesa americano que a melhor maneira de os Estados Unidos colaborarem com o conselho de defesa sul-americano é “manter distância”. O secretário de Defesa dos EUA, Bob Gates, reuniu-se por 40 minutos com Jobim e perguntou qual a melhor maneira de os americanos ajudarem no conselho. “Eu disse a ele que a melhor maneira de os EUA ajudarem era assistir, ficar à distância, porque estamos fazendo algo claramente sul-americano”, disse Jobim.

O ministro da Defesa está em Washington divulgando a idéia do Conselho de Defesa sul-americano, que teria como objetivo traçar uma política de defesa comum para a região e desenvolver indústrias bélicas integradas.

Ele esteve também com a secretária de Estado, Condoleezza Rice, que teria achado a iniciativa “interessante para o continente”, segundo relatou Jobim. “Viemos apenas informar nosso parceiro internacional sobre um assunto claramente sul-americano”, disse o ministro.

Às vésperas de iniciar seu giro pela América do Sul para vender a idéia o conselho de defesa, Jobim fez questão de ser firme com o Departamento de Estado, de olho no público sul-americano. Ele anunciou que sua primeira parada será em Caracas, onde estará com o presidente Hugo Chávez no dia 14 de abril. Segundo uma pessoa que acompanhou as reuniões, o ministro não foi aos EUA pedir a bênção, mas só informar o formato do conselho e deixar claro que se trata de um assunto exclusivamente sul-americano.

Os Estados Unidos, por sua vez, não desgostam da idéia de um conselho de defesa liderado pelo Brasil, que representaria uma neutralização ao militarismo de Chávez na região, por causa da posição mais equilibrada do governo brasileiro.

O ministro afirmou ter conversado com os secretários americanos sobre o incidente envolvendo Colômbia e Equador, mas não entrou em detalhes, limitando-se a comentar: “Quem diz que o governo do Equador sabia que as Farc estavam lá em seu território é

porque não conhece a região; quem conhece sabe que lá não se enxerga coisa nenhuma”. Em reuniões no Departamento de Estado e no Pentágono, Jobim disse ter abordado a reivindicação brasileira para transferência de tecnologia na venda de armamentos.

De manhã, depois da reunião com Condoleezza, Jobim falou sobre o conselho para uma platéia com representantes do Comando Sul das forças armadas americanas, do Departamento de Estado e outros, no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais. O discurso teve também direito a gafes. À certa altura, Nelson Jobim chamou o secretário da defesa, Bob Gates, de Bill Gates (milionário do software).

Brasil na agenda de Venezuela e Bolívia – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 24/03/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode se vangloriar: poucas vezes na história do país as movimentações das nações andinas atravessaram tanto as fronteiras com o Brasil. Das correntes de comércio e investimento às disputas políticas, Brasília raras vezes teve tanta relevância nos planos de Venezuela, Colômbia, Bolívia e Equador.

Duas visitas, nesta segunda-feira, dão mostras de que, em meio às críticas a uma suposta falta de iniciativa na política externa brasileira, o governo do Brasil é um ator solicitado nos cenários econômico e político regionais. Em Brasília, o presidente do Senado boliviano, Oscar Ortiz, chefiando um grupo de políticos de oposição, iniciará, com o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, uma agenda de encontros com autoridades brasileiras. Ele pretende expor as razões dos opositores do presidente Evo Morales na crise política que ameaça a governabilidade do país. Também hoje, em São Paulo, uma outra missão, esta venezuelana, discute negócios com empresários brasileiros.

O caso boliviano é sério, embora o governo brasileiro acredite ter sinais de que Evo Morales se empenhará para evitar uma ruptura institucional. Lula e seus emissários diplomáticos mantêm contatos reservados com o governo Morales e o incentivam a buscar diálogo com a oposição. As promessas de investimento brasileiro e os sucessivos gestos amistosos feitos por Lula parecem ter afastado, pelo menos por enquanto, o risco de ações beligerantes da Bolívia contra o Brasil. Morales mostra ânimo negociador até em relação ao inimigo histórico, Chile, a quem a Bolívia reivindica devolução da saída para o mar, tomada pelos chilenos no século XIX.

No plano interno, porém, o governo da Bolívia quer realizar um referendo, que poderá aprovar, com pequena maioria, a Constituição decidida sem a participação da oposição, que boicotou a votação, alegando irregularidades. Os opositores, que detém os governos da região mais rica do país, como os de Santa Cruz, Beni e Pando, também convocou referendos para aprovar um estatuto de "autonomia", que, entre outras medidas, eliminaria o controle federal sobre determinados impostos. Não há acordo à vista, e ambos os lados ameaçam contestar os resultados dos referendos promovidos pelos adversários.

As autonomias defendidas pelas províncias (equivalentes aos Estados brasileiros) ameaçam o controle do governo nacional; a Constituição defendida por Morales pode criar uma enorme confusão jurídica e econômica no país, por afetar direitos de propriedade e conceder poderes às tribos originárias do território boliviano, que ganhariam direito de aplicar leis próprias, segundo costumes tradicionais, sobrepondo-se às autoridades locais.

Cresce papel do país em disputas andinas

Os referendos se decidem até junho, e o clima é de enfrentamento, com agressivas manifestações públicas. A vinda do senador Ortiz, do partido opositor Podemos, com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Tito Hoz de Vila, do mesmo partido, mostra a preocupação dos opositores bolivianos em trazer, para o Executivo e o Congresso brasileiros, a discussão política do país vizinho. Os bolivianos irão também à Argentina, país que tem se aproximado de Morales no contexto da crise energética da região. Pela presença econômica na Bolívia, o Brasil tem mais recursos que a Argentina para atuar como intermediário.

A missão venezuelana também coloca o Brasil em uma saia justa andina: o conflito do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, com o presidente colombiano, Álvaro Uribe. Hoje, em São Paulo, estarão ministros de Chávez decididos a atrair investimentos e negócios brasileiros, no esforço venezuelano de substituição de importações (principalmente colombianas) para conter o dramático desabastecimento no país. Chávez, apoiado na renda crescente com o petróleo em alta, quer investir pesadamente em logística, e seus ministros apresentarão hoje, em São Paulo, oportunidades para o Brasil em negócios com caminhões, silos, armazéns e alimentos.

Chávez já manifestou ao governo o interesse com que acompanha essa missão. Na quarta-feira, deve avaliar seus resultados, no encontro que terá com Lula, em Pernambuco, para acompanhar as obras da refinaria Abreu e Lima, sociedade da Petrobras (60%) com a PDVSA.

O Brasil vem aumentando o volume de exportações para a Venezuela, embora a desvalorização do dólar faça com que o valor exportado tenha praticamente estagnado nos dois primeiros meses do ano. Os conflitos com Uribe afetam o comércio bilateral - na última crise, pela invasão colombiana ao Equador em incursão contra as Farc, Chávez chegou a fechar por alguns dias a fronteira com a Colômbia. O Brasil poderá aumentar sua presença comercial na Venezuela, embora haja reticências dos exportadores, devido aos controle de câmbio impostos por Chávez.

Brasileiros com interlocução no governo venezuelano afirmam ter identificado maior autonomia dos ministros do centralizado governo venezuelano para firmar compromissos. A missão hoje em São Paulo pode mostrar quanto dessa impressão é verdadeira.

A aproximação comercial e empresarial entre Brasil e Venezuela faz crescer a importância dos contatos diplomáticos do Brasil com o hoje principal parceiro comercial venezuelano, a Colômbia. Do ponto de vista político, Chávez já indicou que está disposto a reunir-se com Uribe e reatar as relações mais uma vez, deixando para trás a troca de insultos e acusações trocados há poucas semanas. Os temas comerciais certamente serão assunto nessa conversa entre os presidentes colombiano e venezuelano.

As alegadas ligações de Chávez com a guerrilha colombiana enfrentada por Uribe são, porém, um miasma que contamina esse ambiente andino onde o Brasil começa a se envolver, por interesses políticos e econômicos. A guerrilha das Farc ainda é tema explosivo na agenda diplomática da região. O Brasil que se previna para evitar estilhaços.

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras
sergio.leo@valor.com.br**

"Venezuela já é praticamente do Mercosul", afirma Chávez – Folha de São Paulo – Brasil – 25/03/2008

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, começa amanhã uma visita de dois dias a Recife (PE), São Luís (MA) e Pará. Em pronunciamento na televisão estatal no domingo, Chávez recordou que a Venezuela está em processo de se integrar ao Mercosul, para o que aguarda a aprovação pelos parlamentos do Brasil e do Paraguai do protocolo de adesão. "A Venezuela já é praticamente do Mercosul", disse Chávez.

O encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva será focado em cooperação energética. "Vamos com Lula à refinaria que construímos em conjunto através de [estatais de petróleo] PDVSA e Petrobras, além de rever um conjunto de projetos sobre os quais falaremos nos próximos dias", disse.

A empresa que construirá a refinaria terá 60% de participação da Petrobras e 40% do Estado venezuelano através da PDVSA (Petróleos de Venezuela). A companhia será capaz de processar 200 mil barris por dia. Segundo o site do governo venezuelano, Chávez também visitará São Luís e o Pará, a convite dos governantes locais.

Arrogância e audácia – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/03/2008

A visita do ministro da Defesa a Washington teve ao menos um ponto positivo. Graças à cobertura que a imprensa deu aos encontros do ministro Nelson Jobim com as autoridades norte-americanas, os brasileiros puderam conhecer alguns poucos detalhes do projeto que ele está propondo aos países da América do Sul. Até então, sabia-se apenas que havia proposto a seus colegas da Argentina e do Chile a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa; que, segundo ele, seria uma realização capaz de mudar o panorama estratégico da região, que passaria a ter influência decisiva nos foros globais; e que todos os países da América do Sul seriam convidados para integrar o organismo.

Num discurso para 14 dos 27 representantes dos países membros da Junta Interamericana de Defesa (JID), o ministro Nelson Jobim decretou que “chega de pensar pequeno. Pensar pequeno significa dependência, significa continuar pequeno. É preciso arrogância estratégica e a audácia do enfrentamento dos nossos problemas, com a coesão dos países da região”. E assim os brasileiros foram os últimos a saber que seu governo está empenhado em criar um organismo internacional “que possa articular na América do Sul a elaboração de políticas de defesa, intercâmbio de pessoal, formação e treinamento de militares, realização de exercícios militares conjuntos, participação conjunta em missões de paz da ONU, integração de bases industriais de defesa”.

A criação de um organismo que cuide disso tudo, compatibilizando as políticas externa, de defesa e industrial de uma dúzia de países tão diferentes quanto o Suriname do Brasil já seria um prodígio. Mas não para o ministro Nelson Jobim. Tomado de “arrogância estratégica” e “audácia do enfrentamento”, ele quer que o tal Conselho seja um órgão “proativo”, com capacidade executiva e operacional, para “não ter nossas posições

manipuladas por outros grupos e interesses”. (Leia-se Estados Unidos.) Ora, desde que d. Pedro I gritou “laços fora”, as posições brasileiras não são manipuladas por quem quer que seja. A frase foi injusta com o próprio governo ao qual o ministro pertence e injuriosa para todos os países da região. Preferimos creditá-la a um arroubo de retórica.

O grave é propor a criação de um organismo de natureza militar - pois é a isso que remete o termo “defesa” - com capacidade executiva e operacional para formular e implementar políticas no plano internacional. Pela ordem jurídica que vige nos países sul-americanos, em tempos de paz, as suas políticas externas são de responsabilidade dos diplomatas, sob supervisão direta do presidente da República, e os objetivos de suas políticas de defesa se subordinam às necessidades da política externa. O projeto do ministro Jobim somente teria sentido se a América do Sul estivesse, unida, em pé de guerra contra um inimigo extra-regional.

Esse projeto encontrará outros obstáculos. O representante da Argentina na JID enunciou um deles. “Como se enquadraria esse órgão numa região onde há possibilidades de conflitos? O que acontecerá quando houver crise entre os países?” Mas não é preciso considerar essa hipótese extrema. O que se propõe é a criação de um órgão coordenador da defesa - em seu sentido amplo - de todo um subcontinente que não consegue harmonia política suficiente para montar um sistema integrado de comércio. Pior ainda, que há décadas ensaia, sem conseguir realizá-la, a sua integração física na área dos transportes.

A integração da defesa é a última etapa dos processos de integração regional. Envolve, mais que a soberania, a sobrevivência da nação e, por isso, os países relutam em abrir mão de sua autonomia nessa área. A União Européia, por exemplo, até hoje não saiu do estágio inicial da integração militar. Para garantir a sua segurança coletiva, confia, em última instância, na OTAN. Na América do Sul, o Mercosul está estagnado, sem conseguir aplicar sequer a tarifa externa comum e a Comunidade Sul-americana de Nações não passa de uma quimera. Não há, portanto, condições objetivas para a integração militar.

O recente episódio envolvendo a Colômbia e o Equador mostrou que a OEA continua sendo o foro regional provedor de segurança coletiva - e que os Estados Unidos sabem se comportar com discrição numa crise sul-americana. Nessas condições, arrogância e audácia não mudarão a realidade para melhor.

Chávez volta a defender integração da América do Sul - Wilson Lima – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/03/2008

'EUA não querem que a gente saia da pobreza e do atraso', diz venezuelano, em visita ao Maranhão

Em sua visita ao Maranhão, ontem, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, voltou a defender a união dos países sul-americanos, insinuou que o projeto de implementação de um gasoduto interligando o Brasil e a Venezuela ainda não saiu do papel por influência dos Estados Unidos e classificou o sistema capitalista de 'anticristão'.

As afirmações foram feitas durante pronunciamento de 40 minutos, ao lado do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), na sacada do Palácio dos Leões, para aproximadamente 400 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Jackson e Chávez também estavam acompanhados do líder nacional do MST, João Pedro Stédile. 'O Brasil é um país cheio de riquezas, mas que sempre dependeu do império da América do Norte. Acho que não precisamos mais deles. Proponho uma união entre todos os países da América do Sul, um pacto para o desenvolvimento econômico mútuo entre todos os países da região.'

Na quarta-feira, em Pernambuco, Chávez defendeu o a criação de um conselho sul-americano de defesa para que esse organismo permita à região 'falar duro' ante o imperialismo. Ontem, o próprio governador Lago endossou o discurso de Chávez contra os Estados Unidos.

'Chávez merece todas as homenagens pela proteção que tem dado à América Latina contra o império', disse Lago.

Durante o encontro com o governador Lago, Chávez classificou como 'necessária' a implementação de um gasoduto que ligaria a Venezuela, o Caribe e o Brasil, passando pelos Estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Brasília, chegando até mesmo à Argentina, para evitar uma crise energética em todo o continente. No entanto, o presidente da Venezuela culpou os Estados Unidos pela não implementação do projeto.

'O Caribe tem uma grande reserva de gás, talvez a maior do mundo', disse. 'Mas a América Latina está próxima de uma grande crise energética. Há uma campanha encabeçada pelos Estados Unidos contra esse gasoduto. Eles não querem que a gente saia da pobreza e do atraso.' E emendou: 'Judas foi o primeiro capitalista e Cristo, o primeiro socialista.'

Chávez também anunciou ontem que deverá estar no Brasil de três em três meses, como forma de estreitar os laços com o País. A passagem do presidente venezuelano pelo Estado teve como objetivo a assinatura de convênios nas áreas de saúde e educação.

Na área da educação, o governo do Maranhão assinou protocolo de intenções para importar o método de alfabetização cubano, adaptado pela Venezuela, chamado 'Sí, yo puedo' (sim, eu posso). Segundo Chávez, esse método foi suficiente para alfabetizar cerca de 1,5 milhão de pessoas na Venezuela.

Na área da saúde, Chávez defendeu a cooperação técnica entre Maranhão e Venezuela. Durante a assinatura dos acordos, ele afirmou que pretende fazer um intercâmbio com aproximadamente 300 maranhenses para que estudem medicina na Venezuela. 'Os grandes cérebros da América Latina precisam ficar no continente.'

O presidente venezuelano também defendeu a instalação de uma refinaria no Estado. Atualmente, a Venezuela está produzindo cerca de 3,4 milhões de barris de petróleo por dia e a expectativa é de que essa produção aumente em mais 2 milhões de barris.

'Onde vamos preparar esse material? O Maranhão pode ser uma boa opção. Vamos estudar essas possibilidades, mas somente com as conversas com o presidente Lula é que poderemos dar uma certeza', acenou o presidente venezuelano, que também se comprometeu a ajudar o governador Jackson Lago a tentar trazer uma indústria siderúrgica para o Estado.

PROTESTO - A visita de Chávez ao Maranhão também foi marcada por um protesto realizado por aproximadamente 50 estudantes de São Luís, que tentaram bloquear a comitiva oficial do presidente em sua saída do aeroporto Internacional Cunha Machado, de São Luís. Sem sucesso, os estudantes também tentaram jogar pedras no veículo oficial de Chávez, mas foram contidos por policiais militares.

Um deles chegou a ser agredido pelos policiais, mas não foi detido. 'Queremos limpar' o Maranhão da presença desse ditador', justificou a presidente da Federação dos Estudantes do Maranhão (Fesma), Ana Paula Ribeiro, uma das coordenadoras da manifestação.

Países ricos criticam proposta de proteção para indústria de emergentes em Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/03/2008

As federações industriais dos Estados Unidos e da Europa reagiram duramente a flexibilidades que emergentes como Brasil, Argentina e Índia poderão ter para proteger suas indústrias em um eventual acordo da Rodada Doha nas próximas semanas. A National Association of Manufacturers (NAM), dos EUA, e a BusinessEurope enviaram carta aos chefes negociadores dos EUA, Susan Schwab, e da UE, Peter Mandelson, para insistirem num acordo que leve esses países a "participarem plenamente" da liberalização comercial.

Como até recentemente a indústria dos países ricos pouco agia, a interpretação em círculos da negociação em Genebra é de que essa volta a carga justamente agora seria uma demonstração de que também esse setor avalia que algo pode ocorrer entre abril e maio.

Os industriais americanos e europeus se dizem particularmente inquietos com as flexibilidades para os emergentes, pelas quais o Brasil, por exemplo, cortará apenas metade

da redução tarifária que for acertada. Nam e BusinessEurope querem que Washington e Bruxelas insistam em uma proposta de "cláusula anticoncentração", para evitar que os emergentes protejam setores inteiros da abertura comercial. Na verdade, os governos dos EUA e da UE já apresentaram essa proposta uma vez na OMC, mas depois não mais tocaram no assunto.

As indústrias reclamam também do "aumento substancial" dos períodos para os emergentes reduzirem alíquotas, e alegam que ela anula a liberalização. No caso do Brasil, o período pode ser de nove anos. As federações se queixam de que em muitos casos, o corte será de apenas 20%, enquanto os países ricos teriam de baixar 50% nas tarifas em prazo menor.

O alvo das associações, contudo, é sobretudo a China. Elas exemplificam que, pelas discussões atuais na OMC, o país asiático (segundo maior exportador de produtos industriais) teria até 14 anos para baixar as alíquotas. Negociadores consultados em Genebra se declararam surpresos com essa cifra.

Para as indústrias, é essencial que um acordo faça com que Brasil, China, Índia e outros emergentes participem inteiramente de "ambiciosas" negociações para cortar a zero as tarifas em determinados setores industriais.

Bush admite concessões na OMC – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/03/2008

Presidente dos EUA diz que está pronto para ceder nas negociações agrícolas, mas pede reciprocidade

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, disse ontem que seu governo está pronto para fazer "sérias concessões" na área agrícola para ajudar a chegar a um acordo de liberalização global do comércio, se houver reciprocidade de outros países. Após conversa com o primeiro-ministro australiano Kevin Rudd, o presidente americano disse que continua comprometido a ceder nas negociações da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), para reduzir as barreiras no comércio global.

"Eu acho que é possível concluir a Rodada Doha", disse Bush a Rudd. "Ele também acredita que devemos trabalhar para fechar a Rodada." O presidente dos Estados Unidos disse ainda que informou Rudd "da disposição de fazer sérias concessões no front agrícola". "Mas esperamos que outras nações abram seus mercados de manufaturados, bem como de serviços", completou.

As negociações da Rodada Doha, lançada em 2001 na capital do Catar para liberalizar o comércio global e impulsionar o desenvolvimento, deveriam ter sido concluídas em 2004. Mas o desacordo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento travou as negociações. Alguns membros da OMC ainda esperam fechar um acordo neste ano.

A OMC pretende convocar uma assembléia ministerial em abril para obter um consenso norte-sul sobre bens agrícolas e manufaturados e, dessa forma, conseguir um acordo até o fim do ano. “Minha visão pessoal é a de que, se a economia global precisa de uma injeção psicológica de algum tipo de confiança, é agora. Podemos entregar um resultado positivo de Doha”, disse o primeiro-ministro australiano, em visita à Casa Branca.

Ontem o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, agradeceu os comentários de Bush em relação ao futuro da negociação agrícola, pela disposição de fazer concessões para obter um acordo global de comércio.

“Ja era hora”, disse Mandelson em entrevista coletiva, depois de reunir-se com o primeiro-ministro francês, François Fillon. “Eu sempre disse que seria assim. Já é chegado o momento para que isso ocorra, e estou entusiasmado pelo que disse o presidente”, acrescentou.

CARNE - Ontem a OMC deu parecer contra os Estados Unidos e o Canadá em uma disputa com a União Européia sobre um embargo do bloco contra carne de animais criados com hormônios. A OMC observou que as penalidades impostas por Washington e Ottawa contra alguns produtos europeus em retaliação contra o embargo são ilegais. “As sanções impostas são uma contravenção contra as normas da OMC”, disse uma autoridade européia.

Em 1999, a OMC decidiu que Washington e Ottawa poderiam elevar tarifas contra vários produtos da UE por causa do embargo à carne sem comprovação científica de risco. O bloco europeu contestou as sanções, argumentando que elas não eram mais justificáveis. As penalidades, em forma de tarifas alfandegárias, somam US\$ 116,8 milhões para os Estados Unidos e US\$ 11,3 milhões para o Canadá.

| | |
|--|--|
| Coordenador Sergio Leite |  |
| Pesquisadores Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei |  |
| Assistentes de Pesquisa Karina Kato e Silvia Zimmermann | Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003 |
| Secretária Diva de Faria | Telefone: 21 2224 8577 – r. 214 Fax: 21 2224 8577 – r. 217 Correio eletrônico: oppa@ufrj.br Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda |

Apoio

